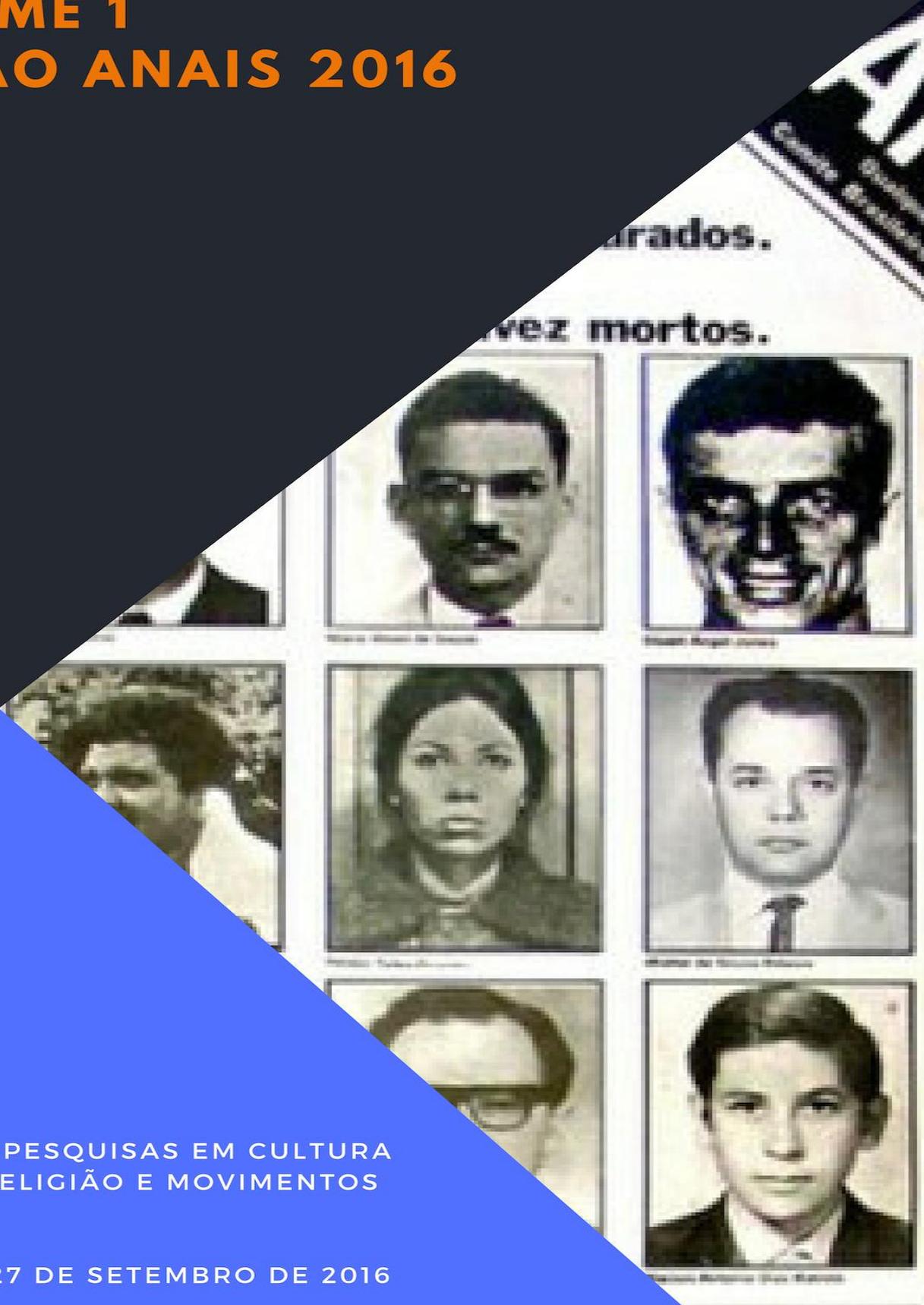


CDOC

Revista do Laboratório de Pesquisa CDOC-ARREMOS

VOLUME 1 EDIÇÃO ANAIS 2016



I SEMINÁRIO DE PESQUISAS EM CULTURA
DOCUMENTAL, RELIGIÃO E MOVIMENTOS
SOCIAIS

REALIZADO EM 27 DE SETEMBRO DE 2016

Anais

I Seminário de Pesquisas em Cultura Documental, Religião
e Movimentos Sociais
Realizado em 27 de setembro de 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)
Grupo de Pesquisa Cultura Documental Religião e Movimentos Sociais
RIO DE JANEIRO
2017

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH
Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos – DEPA

G892a Grupo de Pesquisa Cultura Documental Religião e Movimentos Sociais

Anais [recurso eletrônico] / 1º Seminário de Pesquisas em Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais, 27 set. 2016 / Rio de Janeiro – UNIRIO, 2016. 79 f.

Disponível em: <https://grupodocarremos.wixsite.com/unirio/edicao-atual>

ISSN: 25266144

1. Cultura Documental. 2. Religião. 3. Movimentos Sociais. 4. Ditadura.

CONSELHO EDITORIAL

Promoção e Realização/ Promotion and organization: Grupo de Pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais

Comissão Científica/ Academic Committee:

Dr. Alejandra Luisa Magalhães Estevez

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2005) e mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008), no qual debruçou-se sobre o estudo da Juventude Operária Católica (JOC) e da Ação Católica Operária (ACO). É doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ), onde investigou a atuação de líderes católicos na Diocese de Volta Redonda/ Barra do Piraí (1966-2010) e sua relação com o movimento sindical. Seus interesses acadêmicos concentram-se no domínio das investigações sobre História Social do Trabalho, Ditadura Civil-Militar no Brasil, Memória Social, Ação Coletiva, Movimentos Sociais, relação Igreja-Estado e História Oral. É pós-doutora pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História do Brasil Contemporâneo da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), onde investigou as intervenções sindicais ocorridas durante os primeiros anos da ditadura civil-militar brasileira. Atualmente é pesquisadora da Subcomissão da Verdade na Democracia, vinculada à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (CDH-ALERJ).

Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos

Doutor em história pela Universidade de São Paulo (USP), pesquisador e diretor da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz. Formado em história pela PUC-Rio, possui experiência na área de arquivologia com passagens pelo Arquivo Nacional e Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, onde foi diretor. Atuou ainda no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Integra o Conselho Consultivo da revista Informação Arquivística da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ). É professor permanente dos cursos de mestrado profissional em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Coordena a Comissão Permanente do Acesso à Informações (CPAI) da Fiocruz. Publicou livros, artigos e outros trabalhos sobre os seguintes temas: arquivos e memória; arquivos pessoais de cientistas; gestão de documentos e arquivos de instituições de ciência & tecnologia e saúde; e história da arquivologia no Brasil. Além destes temas, tem interesse no estudo das relações entre arquivologia, arquivos, transformações do Estado e gestão pública.

Dr. Ricardo Medeiro Pimenta

Pesquisador Associado do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/IBICT-UFRJ) e Professor Colaborador do Mestrado Profissional em

Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (COC/FIOCRUZ). É Historiador graduado (2003) pela Universidade Gama Filho - UGF com pós-graduação em História do Brasil (2005) pela Universidade Cândido Mendes - UCAM. Possui mestrado em Memória Social e Documento (2006) pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, e doutorado em Memória Social (2010) pela mesma instituição, com estágio doutoral (2007 - 2008) na École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS de Paris. É Pesquisador Associado do Laboratório Interdisciplinar sobre Informação e Conhecimento (LIINC/UFRJ) e membro da Rede Latino-Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade (LAVITS). Durante o biênio de 2012-2014 foi membro da Comissão de Altos Estudos do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, no Arquivo Nacional. É líder do Grupo de Pesquisa “Informação, Memória e Sociedade”, registrado no diretório do CNPq, e participa como pesquisador de outros grupos como: “Estudos e Práticas de Preservação Digital”; “Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfil-i)”; e “Lavits: Rede Latino Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade”. Tem interesse no campo de diálogos e análises sobre informação, memória e seus lugares/dispositivos; aspectos políticos e econômicos do controle da informação; seus mecanismos de vigilância (surveillance); e ciberespaço em perspectiva sociológica e histórica. Possui interesse nas reflexões concernentes ao papel do documento e da tecnologia para os estudos sobre a Memória, o Esquecimento e as Humanidades Digitais. Pesquisa atualmente (1) os aspectos tecnopolíticos e culturais da visibilidade informacional na hipermodernidade e (2) a construção e usos do conceito de informação pela Escola Nacional de Informações (EsNI), durante a Ditadura Militar.

Comissão Organizadora/ Organising Committee:

Bruno Ferreira Leite

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

João Marcus Figueiredo Assis

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Patricia Ladeira Penna Macêdo

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Edição e Diagramação: Catarina Costa Coelho Alves

Apoio/Support:

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROExC UNIRIO

Pró Reitoria de Pós-graduação e pesquisa – PROPG UNIRIO

Contato / Contact:

Grupo de Pesquisa Cultura Documental Religião e Movimentos Sociais

Avenida Pasteur, 458, Sl 208, CCH- Urca, Rio de Janeiro – Brasil

CEP: 22290-255

Telefone: +55 21 2542-1053

E-mail: grupocdocarremos@gmail.com

SUMÁRIO

- 3 Conselho Editorial**
Promoção e Realização; Comissão Científica; Comissão Organizadora; Apoio e Contato
- 7 Apresentação**
João Marcus Figueiredo Assis
- |TEXTOS DE ABERTURA
- 10 Documentos Sensíveis, Memória e Ditadura: do Recolhimento ao Estatuto de Patrimônio da Humanidade**
IcléiaThiesen
- |TEXTOS COMPLETOS
- 22 Os Governos e os Movimentos Sociais em Angola**
Armindo Feliciano de Jesus
- 38 Ele é X9: Os Registros da Ditadura Militar nos Arquivos Pessoais**
Patricia Ladeira Penna Macêdo
- 49 Construções Materiais e Simbólicas Sobre a Trajetória De Frei Tito de Alencar Lima**
João Marcus Figueiredo Assis e Maria Evonilde Chaves Figueiredo Assis
- 64 Preservação, Memória e Arquivo: Aproximações e Diferenças Conceituais**
Bruno Ferreira Leite e Paula Padilha Cerqueira
- |RESUMOS EXPANDIDOS
- 76 O Arquivo dos Dominicanos e o Acervo Frei Tito de Alencar Lima**
Isabela Barbosa Ramalho Brito Veloso

APRESENTAÇÃO

Com grande satisfação apresentamos a publicação dos trabalhos do I Seminário de Pesquisas em Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais, inserido na Jornada Científica do CDOC-ARREMOS realizada em 2016.

O Grupo de Pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais, realiza desde 2010 a Mesa Redonda Arquivo, Memória e Ditadura, a qual tem por objetivo apresentar formas de articulação em torno dos debates sobre ditadura e democracia no Brasil. Este evento é organizado por uma incansável equipe, que desde 2009 se reúne para discutir e levar a público temas relacionados à produção de documentos, à constituição de memórias e produção de informações em sua caracterização social.

Assim, já debatemos os Arquivos em consonância com a resistência de agentes da Igreja Católica na Mesa de 2010, com Ivo Lesbaupin (UFRJ) e Lúcia Grinberg (UNIRIO). Em 2012 discutimos a questão da abertura e da acessibilidade aos arquivos públicos, com Ricardo Pimenta (IBICT) e Paulo Knauss (UFF). A questão da articulação dos Movimentos Sociais contemporâneos foi discutida na Mesa de 2013, tomando como base de discussão o papel da informação e da comunicação, com Beatriz Kushnir (PPGARQ/UNIRIO) e Janaina Bilate (UNIRIO). Em 2014 debatemos os 50 anos do Golpe civil-militar no Brasil com a exibição e debate sobre o documentário “Verdade 12.528”, com a diretora do documentário, Paula Sachetta e com o filósofo Jorge Atílio (KOINONIA). Em 2015 buscamos abordar as possíveis reflexões e perspectivas sobre as Comissões da Verdade com os Professores João Dornelles (PUC-RIO) e João Paulo Castro (UNIRIO). Em 2016 propusemos um rico debate com a professora Icléia Thiesen (UNIRIO), a qual há décadas está envolvida em investigações sobre os processos de luta política e social no Brasil, especialmente no que se vincula à produção de documentos e informação.

Os interesses da equipe que compõe o CDOC-ARREMOS giram em torno de três eixos fundamentais: Em primeiro lugar, os sentidos atribuídos ao amplo espectro de produções sociais de registros dos atos humanos, denominadas por nós de Cultura Documental. Essa cultura de produção de registros pode ser entendida tanto em seus aspectos de produção de provas e de “verdades”, quanto entendida como produção de possibilidades de interpretações, reinterpretações, apropriações e reapropriações múltiplas.

Nesse sentido os Arquivos são percebidos por nós como privilegiados, embora não únicos. Em determinados aspectos ou contextos, devem ser compreendidos como parcelas associadas a outras formas de produções de materialidades e seus sentidos correlatos. Dessa forma, a abordagem da temática é inegavelmente interdisciplinar. Precisamos compreender essa cultura documental a partir dos aportes conceituais das áreas da informação, como a Arquivologia, no diálogo com a História, a Sociologia, a Antropologia, e a Psicologia.

Outros campos privilegiados em nossas pesquisas são a religião e os movimentos sociais, os quais se encontram intimamente relacionados. Queremos compreender as articulações desses campos (cultura documental, religião e movimentos sociais) na construção de processos democráticos e de participação popular. Para isso, entretanto, cabe a nós questionarmos também os processos de caráter ditatorial ou de perspectivas antidemocráticas, uma vez que a sociedade deve ser entendida como um complexo de relações humanas.

Pensamos que essas pesquisas são relevantemente atuais e nos ajudam a entender os tempos pelos quais passamos hoje. Cremos que o momento político e social pelo qual atravessa nosso país requer de nós muita atenção. Nossa sociedade se distancia no tempo em relação ao período ditatorial; entretanto compreendemos que esse processo deixou marcas profundas no ambiente social. Falar em golpe hoje é falar em ruptura para com processos de construção árdua da democracia. Já que se trata de um processo, e não de um produto, a democracia exige respeito e atenção constantes para com as conquistas políticas e sociais que garantam a participação ampla de todos os segmentos sociais, sem supressões ou marginalizações.

No contexto social e político nacional hoje, não causa estranheza pensarmos em políticas de educação que desqualifiquem ou proponham a abstenção dos aspectos críticos, a ausência de participação dos principais interessados: estudantes, pais, professores, etc.

Não causa estranheza também pensarmos hoje em políticas de repressão a movimentos sociais e ao direito à livre manifestação. Não causa estranheza a apresentação do índice de violência alarmante, especialmente contra mulheres, jovens, negros, indígenas. Devemos compreender tais aspectos no contexto de uma tradição ditatorial. Debatermos sobre Arquivos, memórias e ditaduras nos possibilita ficarmos alertas em relação a esses resquícios antidemocráticos.

No ano de 2016 decidimos estruturar a Mesa Redonda no contexto de um Seminário de Pesquisa, no qual pudéssemos apresentar resultados de trabalhos desenvolvidos no CDOC-ARREMOS. Com isso confirmamos o compromisso de promover um espaço de debates em torno dos eixos do Arquivo, da memória e da ditadura - entendidos todos os três em sua pluralidade – há diferentes arquivos, inúmeras memórias em concorrência, e ditaduras que se prolongam no tempo e no espaço. Reafirmamos ainda nossa vocação para a interdisciplinaridade, entendendo os Arquivos como possíveis de serem estudados e analisados por diferentes campos de conhecimento.

Esta publicação é resultado dos esforços coletivos de pesquisa que ampliam as possibilidades de compreensão de um contexto tão complexo e multifacetado. O trabalho que abre nossa coletânea intitula-se “Documentos sensíveis, memória e Ditadura: do recolhimento ao estatuto de patrimônio da humanidade”, de autoria da professora Icléia Thiesen e se refere à palestra ministrada na VI Mesa Redonda Arquivo, Memória e Ditadura. O trabalho seguinte, de autoria de Armindo Feliciano de Jesus trata da situação dos movimentos sociais em Angola e intitula-se “OS Governos e os Movimentos Sociais em Angola.” O trabalho seguinte, de autoria de Patrícia Ladeira Penna Macêdo aborda o tema dos acervos pessoais relacionados ao período ditatorial no Brasil e tem como título “Ele é X9: os registros da ditadura militar nos arquivos pessoais”. O texto seguinte, de autoria de João Marcus Figueiredo Assis e Maria Evonilde Chaves Figueiredo Assis apresenta estudo interdisciplinar nas áreas de Sociologia e Psicologia, intitulado “Construções materiais e simbólicas sobre a trajetória de Frei Tito de Alencar Lima”. O texto “Preservação, memória e arquivo: aproximações e diferenças conceituais” de autoria de Bruno Ferreira Leite e Paula Padilha Cerqueira aborda os temas da organização e da preservação de acervos documentais e por fim a bolsista Isabela Barbosa Ramalho Brito Veloso, apresenta resultados parciais de sua pesquisa em Iniciação Científica com o resumo expandido intitulado “O Arquivo dos dominicanos e o acervo Frei Tito de Alencar Lima.”

Boa leitura.

João Marcus Figueiredo Assis
Coordenador do CDOC-ARREMOS



DOCUMENTOS SENSÍVEIS, MEMÓRIA E DITADURA: DO RECOLHIMENTO AO ESTATUTO DE PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

Icléia Thiesen
Professora Titular da UNIRIO
Departamento de História/PPGH/PPGB

O tema desta palestra se situa na fronteira da minha pesquisa sobre *documentos sensíveis*, intitulada “Entre informar, reter e conhecer: um estudo teórico-metodológico sobre documentos sensíveis em instituições arquivísticas” com os outros desafios a serem enfrentados em estudo sobre aspectos quali-quantitativos nos processos de recuperação da informação desses mesmos documentos¹.

A necessidade de assegurar a preservação e a acessibilidade duradoura dos arquivos de países em transição democrática suscitou a declaração segundo a qual “os arquivos estão no coração da sociedade de informação”, por ocasião da 36ª Conferência Internacional da Mesa Redonda dos Arquivos (Citra), ocorrida em Marselha, em 2002². Entre outras recomendações dos diretores de Arquivos nacionais e Presidentes de associações profissionais nacionais, membros do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), a declaração final considerou

(...) a demanda urgente das vítimas de antigos regimes repressivos e as necessidades dos pesquisadores, (...) os esforços dos países latino-americanos em vista da edificação de uma sociedade justa e reconciliada na região, (...) o aumento considerável de documentos reunidos pelas organizações de defesa dos direitos humanos em nível mundial e o interesse histórico, social e educativo que representam para a comunidade internacional (UNESCO, 2002).

A amplitude das questões mostra a importância dos problemas doravante assumidos por países que seguiria no plano de ação definido nesse evento. Como dar conta de uma série de dificuldades que estão na origem da formação desses arquivos? Onde estão? Estão acessíveis ao público? Uma vez localizados, teria havido seleção e destruição de documentos? Estão ainda protegidos por leis de acesso à informação? Pode-se, assim, imaginar quanto esforço está ainda em curso para realizar as tarefas

¹Trata-se de um estudo sobre processos de produção de documentos relativos às atividades dos governos militares (1964-1985) pertencentes ao SISNI, com o propósito de problematizar seus dispositivos de organização, mediação, recuperação e uso desde a sua concepção. A pesquisa tem apoio do CNPq. (THIESEN, 2016). Esta palestra é uma síntese de trabalhos apresentados em outros eventos.

² Disponível em: http://portal.unesco.org/ci/fr/ev.php-URL_ID=6407&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html [acesso em 14 jan. 2016].

previstas na legislação dos arquivos nacionais dos países que se engajaram em um processo de democratização. Um trabalho de crítica deve sempre preceder o uso dos documentos de arquivo, ou seja, as fontes de pesquisa.

Entretanto, quando se trata de arquivos sensíveis, um cuidado suplementar se impõe, pois podem nos conduzir a armadilhas. O que nos parecia um tesouro pode constituir verdadeira miragem! (François, 1998). O conhecimento desta fábrica de memória pressupõe também o conhecimento das condições de produção dos documentos e, ainda, dos traços das cadeias da hierarquia e do comando das instituições produtoras dos documentos. A importância dos arquivos sensíveis pode ser medida por sua qualificação de Patrimônio da Humanidade atribuída pela UNESCO, em 2011.

Aspectos éticos, metodológicos e epistemológicos devem ser examinados, colocando em evidência as engrenagens dessa fábrica muitas vezes mortífera. Longe de guardar a verdade que surgiria de saída aos usuários, será necessário desnaturalizar esses arquivos e reconstruir a memória que eles contêm. Isto significa que os arquivos e a memória enquanto construções sociais não são naturais, o que nos obriga a esclarecer a lógica que conduziu às práticas de produção, conservação, arquivamento e uso. Ter arquivos não significa deter a memória dos acontecimentos! Condição necessária, mas não suficiente.

Para melhor compreender os processos de institucionalização da produção documentária e seu recolhimento aos arquivos, é preciso situar esta pesquisa no universo da Justiça de Transição e definir questões situadas na fronteira de campos interdisciplinares, como a Ciência da Informação, a Comunicação, História do Tempo Presente, Arquivologia e Memória Social.

A fábrica de memória se situa nos campos interdisciplinares, mas também no universo da política, das mídias, dos movimentos sociais. A análise da memória dos acontecimentos não pode ignorar a cultura política que pode “fornecer chaves de interpretação sobre certo número de problemas-chave...” (Berstein, 1999), no plural, para tentar compreender o papel dos grupos e instituições na produção e reprodução das representações sociais.

1 A JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL, O DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE

O que é Justiça de Transição? Paulo Abrão Pires Junior, então Presidente da Comissão de Anistia¹, explica que seu objetivo principal é promover a reconciliação nacional:

É um ramo de estudos muito complexo, que reúne profissionais de vários campos do conhecimento, como o Direito, Ciências Políticas, Sociologia, História, entre outras, com vistas a verificar quais processos de Justiça foram levados a cabo pelo conjunto dos poderes dos Estados nacionais, pela sociedade civil e por organismos internacionais para que, após o Estado de Exceção, a normalidade democrática pudesse se consolidar. (Pires Junior *et alii*, 2009, p. 3).

A importância do debate sobre a Justiça de Transição no Brasil suscitou a criação de uma revista dedicada a essa problemática², surgida em 2009, ou seja, 30 anos após a Lei da Anistia. O primeiro número recebeu contribuições de diversos países sobre o tema-título, “publicando pesquisas, relatórios e documentos sobre políticas de verdade e memória, de reparação, de justiça e de reformas das instituições” (Genro;Pires Junior, 2009). Enquanto dispositivo infocomunicacional e suporte de informação, “a revista é o meio privilegiado para a difusão do conhecimento” (Couzinet, 2009, 24). Nesse sentido, a revista constitui também um elemento de mediação precioso, visando “uma forma cultural de pertencimento e de sociabilidade” (Lamizet, 1999, 9), pois “as formas da mediação constituem sistema de formas e de representações pelo qual nos tornamos atores sociais”.

As ações previstas têm uma dimensão prospectiva, cuja aplicação nas políticas públicas e na justiça podem trabalhar valores democráticos, no nível social, para a integração pedagógica da experiência que rompeu a ordem constitucional legítima na cultura nacional e para transformar o sofrimento do período em aprendizagem visando a não repetição. (Pires Junior *et alii*, 2009, 3).³

A Comissão da Anistia trabalha sobre quatro temas-chave da Justiça de Transição: a reforma das instituições para a democracia; o direito à memória e à verdade; o direito à reparação e o direito ao tratamento igualitário e à justiça. Essas

¹ A Comissão da Anistia do Ministério da Justiça foi criada em 28/08/2001, pela Medida Provisória n. 2.151.

² A *Revista Anistia Política e Justiça de Transição* é publicada pela Comissão da Anistia do Ministério da Justiça. Todos os números recebem contribuições de pesquisadores de outros países. O número 10 é dedicado à cooperação das empresas com o regime. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/10a-revista-anistia-cooperacao-economica-com-a-ditadura-1> [acesso em 14 jan. 2016]

³ Além do seu papel de empreender uma política de reparação dos que sofreram perseguições políticas, a Comissão da Anistia desenvolve numerosos outros projetos. Ver: <http://portal.mj.gov.br/anistia/data/Pages/MJ20BF8FDBPTBRNN.htm> [consultado em 16 jan. 2016].

proposições integram o Plano Nacional de Direitos Humanos-3⁴ da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, cujo eixo maior se dedica ao Direito à memória e à verdade. Paralelamente a essas ações, o governo brasileiro colocou em prática a organização dos arquivos produzidos durante os 21 anos da Ditadura de 1964, em dois sentidos: primeiramente a partir da instituição do projeto *Memórias Reveladas*, que teve início em 2009, uma rede de instituições colaboradoras cuja responsabilidade e sede estão afetas ao Arquivo Nacional. A ideia é buscar documentos e arquivos onde quer que se encontrem, inclusive em países estrangeiros⁵, assim como reuni-los com o objetivo de torná-los acessíveis ao público. A Lei de Acesso à Informação e a Comissão Nacional da Verdade foram promulgadas, após longo debate, em 2012⁶. Uma sustentava a outra!

Além desses arquivos oficiais produzidos pela ação do Estado, uma outra fábrica produziu documentos, desde 2001, sob a direção da Comissão da Anistia, a partir não apenas dos registros de testemunhos de antigos perseguidos pelo regime militar, mas também documentos que pudessem provar os prejuízos causados pelo Estado de exceção. A construção do Memorial da Anistia, em Belo Horizonte, está em curso. É um lugar de memória da ditadura que deverá abrigar cerca de 74.000 processos julgados pela Comissão de Anistia ainda em atividade⁷. Seu ex-diretor explica “que os processos podem ajudar a restabelecer a confiança entre os cidadãos e o Estado e devolver a dignidade às vítimas” (Pires Junior, 2009, p.7). O Tribunal Russell II é uma alusão à luta dos filósofos Bertrand Russell e Jean-Paul Sartre que fundaram o Tribunal Internacional dos Crimes de Guerra, em 1966, contra a Guerra do Vietnã, contra o chamado “crime do silêncio”. Participou dos movimentos pela democracia e do I Congresso Brasileiro pela Anistia em 1978, conforme assinalado por Filippi⁸. A

⁴ Aprovado pelo decreto n.7.037, de 21.12.2009, atualizado pelo decreto n.7.177, de 12.05.2010. Disponível em: www.sedh.gov.br. [Acesso em 4.9.2014].

⁵ Há documentos sobre a resistência de exilados nos arquivos do Tribunal Russell II, em Roma. Essa Corte foi criada pelo senador socialista da época Lelio Basso que, em 1971 teve forte diálogo com exilados brasileiros (...). Trata-se de documentos e testemunhos produzidos desde 1974 no curso das sessões que denunciavam as violações de direitos humanos no Brasil, Chile, Bolívia e Uruguai. Os arquivos foram enviados ao Ministério da Justiça pela Fundação Basso. Na França há arquivos da CIMADE depositados na BDIC (Biblioteca de Documentação Internacional Contemporânea), cf. Fonseca dos Santos e Rolland (dir.), 2008, p.198.

⁶ As duas leis foram promulgadas no mesmo dia, justamente para garantir ao mesmo tempo a abertura dos arquivos e o apoio legítimo da CNV.

⁷ Recentemente, os integrantes dessa Comissão foram substituídos de forma polêmica porque não democrática. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-09/ministro-da-justica-troca-19-dos-25-membros-da-comissao-da-anistia>. [Acesso em 4.9.2016].

⁸ <http://docplayer.com.br/16935710-O-legado-de-lelio-basso-na-america-do-sul-e-seus-arquivos-de-roma.html>

Fundação Basso doou à Comissão de Anistia quatro volumes compreendendo peças de processos (dossiers), testemunhos, e documentos os mais importantes produzidos durante os trabalhos do Tribunal Russell II. Além disso, haverá digitalização de documentos inéditos (cerca de 70.000 páginas) sobre os crimes dos regimes militares denunciados pelo Tribunal Russell II⁹.

Se os antigos resistentes à ditadura buscam inscrever suas experiências na memória coletiva nacional, isso não acontecerá sem o reconhecimento dos crimes cometidos e o pedido de perdão pelos criminosos ainda vivos e também pelos representantes das instituições que são as forças armadas. A reconciliação é um projeto que nos parece distante da realidade nessa fase pós-conflito, o que pode engendrar o retorno da violência.

A institucionalização dos lugares de memória da ditadura é uma estratégia política e pedagógica fundamental. Trata-se de transformar antigos espaços clandestinos de práticas de tortura e de sofrimento em centros de cultura, museus, memoriais, entre outros¹⁰. Mas, se o combate pela atualização da memória deste período está ainda em curso, a apropriação desses lugares está longe de se concretizar. As forças políticas do passado estão ainda vivas, o que pode ser atestado pela existência de uma memória dividida. A patrimonialização da experiência política só é possível quando se opera uma mudança de valores no seio da sociedade. A questão do patrimônio é essencialmente um problema de atribuição de valores. (Thiesen, Almeida, 2015). A existência de culturas políticas múltiplas pode explicar essa batalha pela memória.

Alguns marcos históricos sobre o Sistema de Informação e Contra-Informações (SISNI) que produziu documentos sensíveis, objeto desta pesquisa, são agora apresentados.

2 O SISNI

A produção documentária dos arquivos da ditadura militar brasileira iniciou-se antes mesmo do golpe de Estado de 1964. A análise da documentação abundante realizada pelos pesquisadores, particularmente os historiadores, mostrou que, alguns anos antes, houve vigilância sistemática estabelecida sobre supostos “comunistas”, verdadeiro fantasma que assombrava as elites constituídas pelas forças armadas, a classe

⁹Ver *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, n.8, p. 452-3.

¹⁰ A Comissão Nacional da Verdade identificou 230 lugares de tortura, incluindo unidades militares e policiais e navios-prisões.

média, as mídias, as empresas, os banqueiros, setores expressivos da Igreja católica, como a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), A Ordem dos Advogados do Brasil, entre outras.

Duas instituições foram criadas - O IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), em 1961, e o IBAD em 1959 (Instituto Brasileiro de Ação Democrática). O IPES foi mantido por capital privado, da mesma forma que o IBAD, sobretudo pelos EUA. “O IBAD agia de modo mais agressivo” em relação ao IPES (CNV, p. 319). O IBAD foi uma organização da CIA no Brasil que financiou diversas campanhas eleitorais de candidatos contrários ao Presidente João Goulart, em 1962. Uma vez denunciado esse esquema ilegal de transferência de recursos do governo americano, a partir de uma rede complexa de instituições nacionais e estrangeiras, uma Comissão de Investigação Parlamentar constatou o crime e o IBAD encerrou suas atividades por decisão do Presidente da República. 20 milhões de dólares americanos foram investidos nesse período, segundo o Relatório da Comissão Nacional da Verdade. (CNV, p. 319) O IPES foi o centro conspirador que formulou as reformas posteriormente implantadas pelo primeiro governo militar, o presidente Castelo Branco no dia seguinte do golpe de Estado. Daí ter sido considerado o “ovo da serpente” por René Armand Dreyfuss (1981).

Os primeiros documentos que integram os arquivos sensíveis do IPES foram “levados” do SFICI (Serviço Federal de Informação e Contra-Informações), quando este foi extinto, após o golpe de Estado. Constitui também a célula inicial dos arquivos do Serviço Nacional de Informação, a mais importante instituição do SISNI, tendo ficado o SNI conhecido como “Ministério do silêncio”, criado em 13 de junho de 1964, com o objetivo de supervisionar e coordenar as atividades de informação e contrainformação no Brasil e no exterior. Os documentos do antigo SFICI foram integrados aos arquivos do SNI pelas mãos do general Golbery do Couto e Silva (Figueiredo, 2005, p. 549).

O general Golbery do Couto e Silva, antigo quadro do SFICI e do IPES, criou e dirigiu o SNI durante muitos anos. Este personagem-chave da Ditadura, formado pela Escola Superior de Guerra (ESG) após ter estudado na Escola do Forte Leavenworth, no Kansas (EUA), acumulou muito poder, não apenas porque todas as outras instituições do SISNI se dirigiam ao SNI, mas também porque uma “nuvem de segredos” protegia suas atividades. A lei isentava a divulgação ou a publicação de seus atos. Como revelou Vivien Ishaq, “sob total segredo começou a história do principal serviço de informação do regime militar no Brasil”. (2012, p.69). “Cabeça” do SISNI, esta instituição, ao

longo do tempo teve diversos escritórios de coleta de informações nas principais cidades do país. O SNI dispunha de pessoal contratado, mas seu dirigente podia requisitar funcionários de outros órgãos civis e militares em toda a administração do Estado.

A colaboração intensiva de empresários antes e depois da instalação do regime já foi atestada pela historiografia, o que fez mudar a perspectiva de análise deste período durante o processo de redemocratização¹¹. Esta « ruptura da legalidade » de fato constitui um « golpe civil-militar », “empresarial-militar” e não um golpe simplesmente militar¹².

As instituições que integravam o SISNI foram pensadas com o objetivo de controle, vigilância e punição de cidadãos supostamente “comunistas” ou resistentes ao regime, num tripé estruturado para atingir todo o país¹³. O Sistema estruturado sobre um conjunto complexo de instituições é, de fato, uma fábrica de documentos que tem engrenagens bastante complexas. Para se desenvolver, expandiu-se por todo o território nacional e no exterior, tendo instituições militares e civis. Apesar da impossibilidade de analisar todas as instituições, é preciso evocar a maneira pela qual a comunidade de informação produzia documentos e fazia circular num sistema de informação de valor jurídico e de inteligência, integrado por 16 órgãos especializados cujas malhas tinham seu fio centralizado no SNI. Estima-se em 17 milhões de documentos recolhidos aos arquivos (20% da produção total), cuja circulação se estabelecia entre essas instituições com acesso restrito aos altos escalões da hierarquia militar.

As DSIs (Diretorias de Segurança e Informações) e as ASIs (Assessorias de Segurança e Informações) existiam em todos os ministérios civis responsáveis por acompanhar os órgãos da administração indireta, autarquias e universidades; as AESIs (Assessorias Especiais de Segurança e Informações) complementavam o setor civil do SISNI nas empresas do Estado e em algumas universidades; as Segundas seções do Estado-Maior das Forças Armadas chamadas F2; do Exército (S2); da Marinha (M2), da

¹¹ A tese de Campos (2012) ilustra a participação ativa do setor de infraestrutura no golpe de Estado e conta como as empresas de construção civil permaneceram próximas ao Estado mesmo após a redemocratização.

¹² Além das teses, livros, documentários, a Revista *Anistia Política e Justiça de Transição*, do Ministério da Justiça, dedicou o n. 10 a essa temática. Disponível em: http://www.justica.gov.br/noticias/10a-revista-anistia-cooperacao-economica-com-a-ditadura-1/revista_anistia.pdf. Acesso em 14.1.2016. Ver também: Brasil. CNV. Relatório final. Brasília, 2014, v.II, p.303-328. Disponível em: [http://www.cnv.gov.br/\[Acesso em 14.1.2016\]](http://www.cnv.gov.br/[Acesso em 14.1.2016]).

¹³ A propaganda massiva e sistemática nas mídias, sobretudo no rádio, desempenhava o papel de formar o pensamento social em favor do regime, enquanto a censura filtrava os conteúdos das informações, inclusive do cinema, letras de músicas, teatro, etc.

Aeronáutica (A2); dos 3 ministérios militares, CIE; CISA; CENIMAR; os serviços secretos da Polícia Federal; os DOPS (Departamentos de Ordem Pública e Social) e os serviços secretos das Polícias militares, P2; os CODI-DOI (Centros de Operações de Defesa Interna-Destacamentos de Operações de Informação), o “braço operacional” da repressão; CIEEx (Centro de Informação do Exterior, do Ministério das Relações Exteriores) encarregado de vigiar os exilados e de enviar informações ao SNI, CIE, CISA e CENIMAR, sobre o qual não existe legislação de criação; CGI (Comissão Geral de Investigação, do Ministério da Justiça); CSN – Conselho de Segurança Nacional (Fajardo, 1993 ; Ishaq , 2012; Thiesen, 2011).

Qual era o modus operandi das mencionadas instituições e seus dirigentes? Sob os eixos da Doutrina de Segurança Nacional, importada dos EUA e ensinada na Escola Superior de Guerra, praticavam a espionagem, a contra-informação, escutas, criptografia, registros telefônicos, infiltrações nas organizações de resistência e nas universidades, violação de correspondências, delações, etc.

A Escola Nacional de Informação foi criada em 1971, subordinada ao SNI. Cerca de 120 pessoas, sendo 60 civis, foram formadas anualmente pela EsNI (Fico, 2001, p. 82). Os documentos revelam tanto a existência de delatores remunerados (nesse caso, anônimos) quanto de delatores sob tortura nos interrogatórios, cujos nomes são revelados, além de voluntários (colegas, vizinhos, porteiros, etc.) cujos nomes também eram revelados. (Ishaq, 2012) A proteção é sempre para os seus! A natureza desses documentos é singular.

Havia ainda uma “política da caserna” que engendrava conflitos sólidos no seio da comunidade de informação. Pertencer a essa elite militar poderia produzir ganhos em matéria de gestão de posições, de promoções, de poderes. A informação é assim uma arma simbólica que dá status profissional e social (Chirio, 2012, p.176). Portanto, era necessário “mostrar seus bons serviços” atestados pelos documentos.

O atributo “sensível” ligado aos arquivos, documentos e assuntos origina-se de episódios conflituosos do século XX estudados por historiadores, juristas, arquivistas e, mais recentemente, por pesquisadores em Ciência da Informação para quem o documento é material e objeto de pesquisa. São qualificados de “sensíveis” porque esses acontecimentos produziram pistas que podem desvelar fatos, nomes, experiências e circunstâncias comprometedoras das personalidades da vida pública e privada. (Thiesen, 2014, p. 83) “Produzidos pelos serviços de polícia, de informação e de vigilância, para

os quais a distinção entre vida pública e profissional não existia” (Combe, 2011, p. 23), portavam o carimbo de “secretos” e se inscreviam na categoria de “sensíveis”.

A máquina que produziu suplícios, torturas, sofrimentos, desaparecimentos e mortes é a mesma que produziu esses documentos. Por trás das ações comandadas pelos governos militares sob a mão pesada do SNI, havia ferramentas de recuperação de informações poderosas, capazes de encontrar dados rapidamente.¹⁴ Como isso era possível nos anos sessenta? É a resposta que estou buscando em minha nova pesquisa.

No decorrer do tempo, conflitos e disputas internas se agravaram e a perda do controle dessa máquina fez com que o General Golbery dissesse: “criei um monstro”. O SNI só foi extinto em 1990. Hoje esses arquivos disponíveis aos usuários são utilizados contra seus produtores para provar sua culpabilidade. É o chamado “efeito boumerang”! Contudo, os arquivos mais importantes produzidos pela “comunidade de informação” das três armas, respectivamente, exército, marinha e aeronáutica (CIE, CISA e CENIMAR) jamais foram recolhidos ao Arquivo Nacional e sua existência é controversa. Antigos oficiais responsáveis por sua guarda e conservação declararam que os arquivos foram destruídos no final do regime. Essas instituições de inteligência agiam em rede no SISNI e constituíam o terror dos prisioneiros políticos.

Questões epistemológicas desafiam os pesquisadores que lutam para compreender como analisar documentos sensíveis sem cair nas armadilhas da escrita policial. Para tanto é necessário definir tanto ferramentas quantitativas de exploração de dados, quanto metodologias de natureza qualitativa, notadamente a análise de testemunhas, na via de uma “ética da memória” que nos coloque na fronteira entre a informação, a memória e a história. É fácil verificar que a memória desse período, após mais de 50 anos, ainda é difusa, dividida, cinzenta e seu reenquadramento suscita novas pesquisas e análises.

A justa memória (Ricoeur, 2007), a verdade e a ética são ainda um projeto inacabado devido aos conflitos políticos e sociais, acomodações e conciliações de interesses das forças políticas em meio a esta cultura política e jurídica. E assim, uma parte da memória social e da verdade (*alethea*) permanece ainda perdida no rio do esquecimento (*lethe*). Mas, como o conhecimento brota na continuidade dos acontecimentos e na dinâmica da sociedade, as sementes da memória aguardam o tempo propício para aflorar do silêncio (Thiesen, 2016).

¹⁴ Havia um banco de dados do Sistema de Arquivamento e Recuperação de Documentos (SARDI) que englobava outros 19 bancos de dados (Ishaq, 2012, p. 75).

REFERÊNCIAS

- BERSTEIN Serge (dir.). **Lescultures politiques en France**. Paris:Seuil, 1999.
- CAMPOS, P. H.P. **Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1985**. Niterói (RJ): Eduff, 2015.
- CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- COMBE, Sonia. Resistir à razão de Estado. In: SALOMON, M. (org.) **Saber dos arquivos**. Goiânia: Edições Ricochete, 2011.
Comissão Nacional da Verdade, 2014. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. Brasília: CNV. Disponível em: www.cnv.gov.br. Acesso: 15 abr.2015.
- COUZINET, Viviane. Dispositifs info-communicationnels : contributions à unedéfinition. In : COUZINET, Viviane (dir.). **Dispositifsinfo-communicationnels: questions de médiationsdocumentaires**. Paris : Hermes, Lavoisier, 2009.
- DREIFUSS, R. A. **1964 – A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FAJARDO, S.P. **Espionagem política: instituições e processo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS. Dissertação (Mestrado em Sociologia), 1993.
- FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.
- FIGUEIREDO, Lucas. **O ministério do silêncio**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- FONSECA DOS SANTOS, I.-M ; ROLLAND, D. (dir.). **L’Exilbrésilien en France: histoire et imaginaire**. Paris : L’Harmattan, 1998.
- FONSECA DOS SANTOS, I.-M; ROLLAND, D. (dir.). **Le Brésildesgouvernementsmilitaires et l’exil 1964-1985**. Paris: L’Harmattan, 2008.
- FRANÇOIS, Étienne.Os « tesouros » da Stasi ou a miragem dos arquivos. In: Boutier, J.; Julia, D. (orgs.). **Passados recompostos: campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV. p.155-161, 1998.
- GENRO, Tarso; PIRES JUNIOR, Paulo Abrão. Apresentação. In: **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília, v.1, n.1, 2009.
- ISHAQ, Vivien.Apresentação. In: Ishaq, Vivien. (org.). **A escrita da repressão e da subversão – 1964-1985**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.
- LAMIZET, B. **La médiationculturelle**. Paris : l’Harmattan, 1999.
Lesarchivessontaucoeur de lasociété de l’information, 2016. Disponibleen ligne : http://portal.unesco.org/ci/fr/ev.php-URL_ID=6407&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html [consultéle 14 jan. 2016].

PIRES JUNIOR, P. et alii, 2009. Prefácio. In: **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília, v.1, n.1, 2009, p.12-21.

RICOEUR, Paul, 2007. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas (SP): Editora da Unicamp.

THIESEN, Icléia. Inteligência informacional: dialogando com a informação, a memória e a história. In: Thiesen, Icléia. (org.) **Imagens da clausura na Ditadura de 1964**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. p. 216-236.

THIESEN, Icléia. Documentos sensíveis: da produção à validação. In: Colóquio Internacional da Rede MUSSI, 3, 2014, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2014.

THIESEN, Icléia; Almeida, Priscila Cabral. Lugares de memória da Ditadura e a patrimonialização da experiência política, **Revista Museologia & Interdisciplinaridade**, Brasília, v.4, n.8, 2015. p.15-30.

THIESEN, Icléia. **Fabrique de mémoire: documentssensibles, leurmise em archives et leurstatut de patrimoine de l'humanité – quelsenjeux ?** In : 3èmes journées scientifiques internationales duréseaux MUSSI De lamédiationdessavoirs : Sciences de l'information – documentation et mémoires, Actes.... Toulouse : ENFA, 2016. P.19-35.



**PROGRAMA DE APRESENTAÇÕES DO I SEMINÁRIO DE PESQUISAS EM
CULTURA DOCUMENTAL, RELIGIÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS**

Dia 27 de setembro de 2016

Mediação: Dr^a Alejandra Luisa Magalhães Estevez

Os governos e os movimentos sociais em angola

Armindo Feliciano de Jesus

Ele é X9: os registros da ditadura militar nos arquivos pessoais

Patricia Ladeira Penna Macêdo

O Arquivo dos dominicanos e o acervo Frei Tito de Alencar Lima

Isabela Barbosa Ramalho Brito Veloso

Construções materiais e simbólicas sobre a trajetória de Frei Tito de Alencar Lima

João Marcus Figueiredo Assis e Maria Evonilde Chaves Figueiredo Assis

Preservação, memória e arquivo: aproximações e diferenças conceituais

Bruno Ferreira Leite e Paula Padilha Cerqueira



OS GOVERNOS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM ANGOLA

Armando Feliciano de Jesus¹

Resumo: O presente artigo objetiva analisar sociologicamente o papel e a importância do marxismo nas ações e relações dos movimentos sociais a partir da década de 50 do século XX, visando seu impacto nas transformações e conflitos na sociedade angolana. Sendo assim, terminamos analisando os movimentos sociais numa perspectiva histórica – movimentos sociais na Província ultramarina colonial; movimentos sociais na república socialista; movimentos sociais na democracia capitalista.

Palavra-chave: Angola; Forças sociais; Marxismo.

Abstract: Abstract: this article aims analyze sociologically the role and importance of Marxism in the actions and relations of social movements from the early TWENTIETH century 50, aiming at its impact on transformations and conflicts that the Angolan contemporary society presents. So, we're done analyzing social movements in a historical perspective – social movements overseas colonial province, social movements in Socialist Republic and social movements in capitalist democracy.

Keyword: Angola; Social forces; Marxism.

¹ Mestrando em Sociologia Política pelo Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro da Universidade Candido Mendes – IUPERJ/UCAM. Email: mindodejesus@gmail.com

1. BREVES INTERPRETAÇÕES DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais são estudados de diversas maneiras, novos elementos são constantemente acrescentados nos debates sobre a questão; isto se dá por se tratar de um objeto dinâmico em si, que reage a uma série de fatores – políticos, econômicos, culturais, ideológicos e ambientais –, que alteram continuamente as relações sociais.

As análises sobre movimentos sociais se fazem ainda mais complexas quando tentamos sair do eixo ocidental, que evidentemente suscita maiores cuidados no uso das categorias de análise. O pesquisador muitas vezes parece ser tomado pela sensação de retrocesso analítico, isso porque será sempre necessário revisitar certas teorias, que de algum modo encontram-se em condições “inadequadas” para as análises atuais.

Alain Touraine (2006, p.17), em sua análise comenta que o movimento social é menos uma categoria analítica do que histórica; tal afirmação pode ser explicada pelo seu caráter efêmero, ou seja, as transformações na infraestrutura apresentam mudanças internas que levariam até mesmo ao fim do movimento como elemento opositor. Parece que temos aqui, embora o autor possa discordar, uma perspectiva de análise Marxista que foge de suas limitações economicistas. Touraine (2006) faz questão de não considerar qualquer tipo de ação coletiva como um movimento social, restringindo-se apenas às ações coletivas que buscam, através de reivindicações (ou conflitos), participação no sistema político. Segundo o autor, essas buscas das ações coletivas por participação, não são feitas aleatoriamente, elas são estimuladas por algum modo de dominação generalizada. Portanto, as ações coletivas dos movimentos sociais devem ser em defesa dos interesses particulares dos indivíduos e não necessariamente de organizações ou/e instituições.

Para Charles Tilly (2010), trata-se de um complexo político, que não deve simplesmente ser confundido com as organizações e redes interpessoais que de algum modo apoiam tais movimentos. Esse complexo para ser caracterizado movimento social precisa necessariamente apresentar alguns elementos como,

1) campanhas de reivindicações coletivas dirigidas a autoridades-alvo; 2) um conjunto de empreendimentos reivindicativos, incluindo associações com finalidades específicas, reuniões públicas, declarações à imprensa e demonstrações; 3) representações públicas de valor, unidade, números e comprometimento referentes à causa. (TILLY, 2010, p.142).

Podemos notar na interpretação de Tilly, maior complexidade em relação à definição de Touraine; parece haver no olhar de Tilly, um distanciamento em relação à

espontaneidade dos movimentos sociais, fazendo-se necessário uma organização estrutural latente que não é percebida superficialmente. Nesta linha de pensamento, analisaremos mais adiante os movimentos sociais em Angola a partir da década de 40 do século XX.

Assim como Tilly, Maria da Glória Gohn (2014) faz questão de distinguir os movimentos sociais dos grupos de interesses; de modos que, para a autora os movimentos sociais tendem a ser constituídos como coletivos sociais caracterizados por uma identidade comum. Gohn (2014, p.251) preocupou-se em conceituar movimentos sociais como,

[...] ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil.

Como vemos é, teórica e praticamente impossível interpretar movimentos sociais de maneira única, isso em razão das mutáveis variáveis existentes no processo dinâmico das relações entre as forças sociais e as lutas sociais. Mas seguramente podemos metodologicamente realizar, através das interpretações dos autores citados, uma pesquisa que contribua para melhor entendimento dos movimentos sociais contemporâneos.

2. ORIGENS DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO DO POVO ANGOLANO CONTRA O GOVERNO COLONIAL

Ao sul do Congo, o estado do Ndongo (atual localização de Angola), já emancipada politicamente, se viu obrigado a fazer estreitas alianças com a coroa portuguesa, dando início a um processo migratório europeu sem precedentes. Entre 1883 e 1893, a metrópole portuguesa enviara para Angola 4114 condenados (degradados), fazendo da região uma colônia penal, sendo que os degradados respondiam por dois terços dos brancos na colônia (BENDER, 1976).

No século XIX, a colônia portuguesa se encontrava já sólida, estruturada tal como no Brasil, em capitânias. Aventureiros portugueses juntavam-se aos angolanos nas cidades de Massangano, Benguela e, sobretudo, Luanda, que havia se tornado cosmopolita, pois além dos mestiços, resultado da junção entre portugueses e africanos, judeus, ciganos, mouros e outros perseguidos nas terras lusitanas se instalaram naquela região. Sob a peculiar dominação colonial portuguesa, os angolanos tradicionais foram

“encurralados” e tiveram seus direitos subtraídos, causando assim a luta pela libertação, cujos primeiros sinais datam o início do século XX.

Para abordar as ações coletivas dos movimentos sociais em Angola, entendemos ser necessário começar pelo período em que se criou o primeiro código de trabalho “livre” – em 1878 – ano em que se oficializou o fim da escravidão em Portugal. Esse mesmo código de trabalho também autorizava a contratação coercitiva de africanos considerados “vagabundos”. Com isso, entendemos que algumas categorias de análises marxistas se fazem inadequadas nos estudos do surgimento dos movimentos sociais em Angola. Sendo que, em 1899 se consolidou o estatuto do trabalho forçado, que na verdade se tratava de uma estrutura eufemística para camuflar a escravidão. Esse estatuto (MENEZES, 1996, p.127) esteve composto pelas seguintes categorias de trabalho: trabalho correcional, trabalho obrigatório, trabalho contratado, trabalho voluntário, cultivo forçado e trabalho emigrante.

Eis, segundo Menezes (1996, p.128-130), algumas características desse sistema: o trabalho correcional, imposto aos africanos que violassem algum código laboral ou penal, ou deixassem de pagar impostos “per capita”, que todo nativo estava sujeito; trabalho obrigatório, este foi o mais aplicado em Angola, não dispensando nem mulheres nem crianças, aplicado na medida em que havia poucos voluntários (quase nunca havia voluntário); trabalho contratado, aplicado a qualquer africano que não pudesse comprovar que esteve empregado, durante, pelo menos seis meses; trabalho voluntário, o trabalhador era contratado diretamente pelo empregador, com salários menores em relação ao trabalho contratado, havia um forte apelo moral, com dizeres do tipo, “negro não gosta de trabalhar” ou “negro só trabalha no chicote”, para que os negros aderissem esse tipo de trabalho que se conformava em pagar qualquer remuneração; trabalho emigrante, onde os trabalhadores eram enviados para trabalhar em outros países – Rodésia do Norte (Zâmbia) e África do Sudeste (Namíbia) –, com seus salários pagos pelos governos contratantes ao governo português, que fazia chegar aos nativos até seis meses depois, na moeda local.

Nesse contexto, embora houvesse pequenas recompensas salariais, a força de trabalho passa a ser uma falsa mercadoria, camuflando a verdadeira mercadoria, que aparece de forma latente – o próprio ser humano. Os homens e mulheres, embora aparentassem livres, viviam de maneira muito restrita, principalmente os “*indígenas*” – status atribuído aos não “civilizados” –, que compunham a esmagadora maioria, pois

pouquíssimos nativos tinham acesso à educação nos moldes ocidentais. Por isso Menezes comenta que,

Para os ‘indígenas’, o decreto português restringia a liberdade de movimento, excluía os locais de todo e qualquer direito político, permitia a imposição administrativa do trabalho como forma de dignificação do sujeito, dentre outras arbitrariedades da ‘civilização’ portuguesa. (MENEZES, 1996, p.142).

Nessa realidade de segregação racial, de trabalho semi-escravo e não participação sindical – sendo que, segundo Menezes (1996, p.151) apenas europeus, mulatos e alguns assimilados poderiam filiar-se ao Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio e Indústria, fundado em novembro de 1950 –, surgiu os movimentos sociais contra a colonização em Angola, que em princípio teve os intelectuais como os primeiros articuladores. Alguns jovens intelectuais angolanos, simpatizantes do Partido Comunista Português (PCP), tais como, Mário Pinto de Andrade e Agostinho Neto, começaram no início da década de 50 do século XX a incorporar o espírito nacionalista (M'BOKOLO, 2010).

Nesse contexto surgiram oportunidades estruturais que permitiram o aparecimento dos movimentos sociais que demandavam a libertação do povo angolano frente ao domínio colonial. Havia recursos humanos e de infraestrutura que permitiram um ambiente de lutas e resistências em território angolano a partir da década de 50 do século XX. Pois, assim como aponta Gohn (2014, p.51), “os movimentos sociais surgem quando se estrutura oportunidades políticas para ações coletivas, assim como quando facilidades e líderes estão em disponibilidades”. É importante frisar que essas oportunidades políticas surgiram num contexto amplo, que envolvia vários continentes, transcendendo assim os Estados – que também poderiam ser províncias ultramarinas –, como foi o caso de Angola.

A criação do Clube dos Marítimos Africanos em 1952 foi um dos primeiros passos rumo à organização dos movimentos sociais em Luanda, permitindo a intensificação dos contatos clandestinos entre a metrópole – Portugal – e a província ultramarina – Angola. Com isso,

[...] a partir do Centro de Estudos Africanos, do Clube dos Marítimos e de outras associações clandestinas, como o ‘Movimento dos Intelectuais Novos de Angola’ e a ‘Associação Regional dos Indígenas de Angola’ foi fundado, em 1956, em Luanda, o Movimento Popular de Libertação de Angola-MPLA. (MENEZES, 1996, p.161).

Por outro lado, com uma composição mais regionalizada, outro movimento havia se estruturado, depois de várias transformações, no Norte de Angola, em 1962, o Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

Considerando que, quase toda população tradicional estava sob a repressão do regime colonial português, os movimentos sociais, numa primeira fase, apresentavam características muito semelhantes, facilitando assim as fusões, que de certa forma dava mais consistência nas lutas frente às forças dominantes. No entanto, houve com isso, no final da década de 50, uma injeção ideológica no interior do MPLA, com a incorporação do Partido de Luta Unida de Angola (PLUA); este que por sua vez teve sua origem no Partido Comunista de Angola, que existiu apenas por alguns meses. Do mesmo modo, outros movimentos, que também apresentavam em suas representações públicas, o que Tilly conceitua como VUNC (valor, unidade, número e comprometimento), se juntaram ao MPLA; dentre eles estavam: Movimento para Independência de Angola (MIA), Movimento para Independência do Norte de Angola (MINA).

Os movimentos sociais no Norte de Angola começaram muito regionalizados, mas não defendiam necessariamente uma “autenticidade tribal”, como é muitas vezes afirmada em vários estudos sobre as lutas para libertação de Angola. Diferente do MPLA, a FNLA emergiu em razão de separações de extrema importância no interior da então extinta União dos Povos de Angola (UPA), sendo que este por sua vez foi criado na tentativa de ampliar o alcance e o propósito da luta, quando substituiu a regional União das Populações do Norte de Angola (UPNA). Da separação no interior do UPA surgiu também a União Nacional de Independência Total de Angola (UNITA), em 1966.

No final da década de 50 os movimentos sociais de Luanda passaram a ganhar maior protagonismo, tornando realidade várias estratégias de ações práticas nos *musseques*¹ de Luanda. Ações essas planejada em sintonia com os nacionalistas nos vários países africanos, levando multidões às ruas de Luanda com palavras de ordem como, “abaixo a escravidão”.

Massacres e prisões de líderes não impediram os movimentos, que estavam tomados pelo desejo incontornável de independência.

¹ Bairros periféricos com extrema pobreza ao redor da cidade de Luanda.

3. O MOVIMENTO POPULAR PARA LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (MPLA) E O MARXISMO LENINISTA

Houve no início da década de 60 uma pequena aceleração dos modos de produção nos moldes capitalista; isso em razão da aproximação diplomática entre Portugal e os Estados Unidos da América, que passou a investir seu capital – técnico, financeiro e humano – em Angola.

Consideramos postura errônea partir de teorias economicistas para estudar os movimentos sociais no período mencionado; pois se assim o fizermos, seremos obrigados a defender a ideia de que a contradição (ou conflito) surgiu na medida em que aumentavam as forças produtivas. No contexto estudado, a emancipação não foi necessariamente caracterizada pelas posições antagónicas entre proletariado e burguesia, embora não se descarte a presença desses elementos; não se trata de um determinismo unilateral, mas de uma multideterminação, no entanto, nesse caso “o conceito de classe se define simultaneamente no nível econômico, político e ideológico” (GALVÃO, 2011, p.108). Embora os angolanos nativos fossem de forma latente “mercadorias” disfarçadas de trabalhadores livres, outros elementos constituíram a categoria de classe social.

A ideia aqui é basicamente chamar atenção para as adaptações que ocorreram nas teorias que correspondem e explicam os movimentos sociais angolano num viés marxista. Embora não nos referimos especificamente à religião, sabemos que toda doutrina sofre alterações durante seu percurso histórico; portanto, com as teorias de Marx não foi diferente, pois teve uma de suas interpretações acomodada para determinada causa, que na verdade buscou alcançar os *fins*, pervertendo e justificando os *meios*. Por isso Raymond Aron fez questão de esclarecer que apenas “[...] uma determinada interpretação da doutrina de Marx se transformou na ideologia oficial do Estado russo, e em seguida dos Estados da Europa oriental e do Estado chinês.”(2000, p.126).

O MPLA foi o movimento que melhor compreendeu a importância organizacional na formação da consciência, pois enquanto os outros movimentos, por razões diversas, fraccionavam-se, o MPLA preocupava-se em atender e conquistar as massas, mas sem perder a linha ideológica. Os intelectuais adentraram os *musseques* para conscientizar a população a cerca da realidade histórica que viviam. Por outro lado,

tanto a FNLA como a UNITA enfatizaram exageradamente a questão étnica-cultural no processo de conscientização, deixando pouco claro a questão ideológica.

A questão ideológica, que não emergiu necessariamente das forças sociais angolanas, mas das relações políticas externas, ocuparam quase toda energia do MPLA, a tal ponto que, praticamente minimizou várias pautas locais. É nesse contexto que, em 1961 se deu início a sangrenta luta armada pela libertação, com um saldo de 50 mil mortes em apenas dois meses (MENEZES, 1996). Os movimentos passaram da fase das reivindicações para o conflito armado, não só contra o colonizador, mas também contra quem era compreendido como um representante da colonização. Essas demandas surgiram dentro de uma racionalidade própria do movimento, como atesta Tilly,

As demandas podem ter como alvo autoridades governamentais, mas as 'autoridades' podem também incluir donos de propriedades, funcionários religiosos, e outros cujas ações (ou omissões) afetam significativamente o bem-estar de muitas pessoas. (2010, p.137).

Essa guerra comprometeu fortemente a política e a economia de Portugal, que embora contasse com o apoio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (UTAN), não conseguiu evitar a gravíssima crise interna, que culminou na “Revolução dos Cravos” em 25 de Abril de 1974 (M'BOKOLO, 2010, p.259). Assim, com o fim da ditadura salazarista, Portugal decidiu acelerar o processo de descolonização.

Agostinho Neto, intelectual e simpatizante do Partido Comunista Português (PCP), tornou-se líder do MPLA em 1962. Com seu discurso populista de força única nacional que transcende todas as diferenças e particularidades internas, Neto conseguiu sensibilizar para luta, não apenas as pessoas de sua etnia – Kimbundo –, como também outros grupos étnicos. Seu movimento era radical em relação aos portugueses, enquanto outros demonstravam um tímido interesse em fazer concessões internas com os colonizadores, o MPLA por sua vez não tinha pretensão alguma em retardar a independência. Com isso, o MPLA adotou regras implacáveis no intuito de coibir qualquer ideia divisória no interior do movimento. Houve, no entanto a homogeneização do movimento, “chancelado” pela militarização de seus membros em 1974, na Conferência Inter-Regional do Partido.

O marxismo leninista tentava dar respostas por intermédio do MPLA, acerca de algumas das questões mais discutidas entre as correntes teóricas sobre movimentos sociais, em meados do século XX; Gohn (2014, p.179) formulou muito bem tais questões: “as massas devem ser organizadas? Se devem, de que modo e de que forma?”

Deve-se atuar com diretrizes preestabelecidas pelo partido ou com agentes meramente dinamizadores das energias latentes?”. A resposta para essas questões foi providenciar o fim do movimento espontâneo das massas, passando então a seguir ordens do pequeno grupo de intelectuais – que podemos chamar de vanguarda –, bem aos moldes da então União Soviética.

Em 15 de Janeiro de 1975 os três principais movimentos – MPLA, FNLA, UNITA – junto das autoridades portuguesas, assinaram um acordo (acordos de Alvor) estabelecendo a data da proclamação da independência. O MPLA aproveitando-se de sua popularidade e, com um discurso anti-imperialista, convocou a população para criação de uma frente única que combatesse a contrarrevolução. Membros da FNLA e UNITA que compunham o Governo de Transição foram expulsos de Luanda, dando início aos intensos conflitos armados entre os movimentos e, sobretudo, inserindo o território na esfera da guerra fria.

Depois de uma sangrenta batalha, em que o MPLA sagrou-se vencedor derrotando as tropas da FNLA no dia 10 de Novembro de 1975, Agostinho Neto, como líder máximo do MPLA, proclamou no dia 11 de Novembro de 1975, o nascimento da República Popular de Angola, tornando-se assim o primeiro presidente de Angola. Nascia assim um país “soberano” em meio à polarização mundial – capitalismo x comunismo. A nação, através de um acordo de “amizade e cooperação” com os países socialistas do mundo, autorizava a entrada – em seu território – de centenas de militares, burocratas e técnicos estrangeiros para ajudarem a implantar e organizar as instituições socialistas. Angola se tornava assim um país socialista, embora tal modelo não abrangesse todo território, em razão da guerra civil que havia se instalado.

4. O NOVO GOVERNO E A SOCIEDADE

Escrevendo sobre Maquiavel, Gramsci (2007) defendeu que o partido político seria o “príncipe” dos tempos modernos; pois se trata de “um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação” (GRAMSCI, 2007, p.16). Com essa citação podemos explicar razoavelmente o êxito do MPLA como partido político, pois, ainda sobre a liderança de Agostinho Neto, o partido assumiu o governo de Angola dando início ao processo de reforma intelectual e moral que criaria uma vontade

coletiva nacional-popular; tal projeto político ideológico teve um imediato sucesso, considerando o trauma da colonização.

A sociedade ansiava por identificação com o “novo príncipe” – usando mais uma vez o conceito de Gramsci –; e este por sua vez se fez povo para atender tais anseios, promovendo a “igualdade” entre os cidadãos. A radical reforma econômica e as mudanças na organização do trabalho fizeram com que a reforma intelectual e moral tivesse uma conotação quase que religiosa.

Nesse contexto, os movimentos sociais – no verdadeiro sentido – seriam considerados movimentos contrarrevolucionários que “ameaçariam” a ordem e a liberdade conquistada. Por isso não havia nem espaço para pequena política; a “hegemonia civil” produzia ideologias homogêneas.

5. O ESTADO INDEPENDENTE E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Segundo Touraine (2006, p.20), os movimentos sociais são condutas coletivas e não crise ou evolução de um sistema. No nosso caso, os movimentos sociais promoveram a crise de um sistema – colonial –, suscitando uma reestruturação do sistema político; sistema esse que ao desligar-se da metrópole, fez com que surgissem novas formas de relações e conflitos sociais, que de certa forma afetaram todos os segmentos da então embrionária nação angolana. O MPLA passou de movimento social para partido político, sendo reconhecido internacionalmente como representante do governo do Estado angolano.

Já sob a influência marxista-leninista, o partido do MPLA promoveu uma transformação radical da estrutura social, criando uma consciência de classe de fora para dentro, que não surge necessariamente no interior das unidades produtivas. Nesse contexto, Angola foi tomada pelo movimento histórico – socialismo –, que se uniu aos movimentos sociais e os confundiu, configurando assim um quadro que Touraine descreve de forma brilhante:

Compreende-se facilmente que movimentos sociais e movimentos históricos frequentemente procurem se unir e mesmo se confundir. Na realidade, a situação mais frequente é aquela em que os movimentos visam ao controle de um processo de modernização, se apropriam de movimentos propriamente sociais, como estando limitados a um tipo de sociedade. (TOURAINÉ, 2014, p.25).

O socialismo como movimento histórico e por intermédio do MPLA deslegitimou e marginalizou os movimentos sociais autônomos; o desenvolvimento

espontâneo da consciência política mencionado por Rosa Luxemburgo (GOHN, 2014, p. 179) foi totalmente reprimido.

Valendo-se das equivocadas generalizações marxistas, Angola entrava na esfera mundial como uma “unidade proletária” que precisava se emancipar do imperialismo capitalista internacional. O partido do MPLA se apresentava como a incorporação e a união dos movimentos sociais, encobrendo todas as particularidades internas. Com isso, toda e qualquer organização nos bairros de Luanda tinham como objetivo o controle político; os trabalhadores se reuniam em prol da condição macro política e não para colocar em pauta suas realidades objetivas. Posicionar-se contra o partido no governo significava praticamente o mesmo que se posicionar contra o Estado, pois os dois compreendiam uma única unidade. No entanto, todas as ações dos grupos organizados deveriam estar em consonância com o Partido MPLA para que pudessem ser considerados atos de cidadania. É nessa lógica que significativas organizações foram sendo confundidas com movimentos sociais, logo depois da independência. Dentre essas organizações estão: Organização da Mulher Angolana (OMA), criada em 1972; Organização do Pioneiro Angolano (OPA), criada em 1966; Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola (JMPLA), criada em 1962; União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA), criada em 1960.

Essas organizações, que em princípio agiam como movimentos sociais, foram institucionalizados e partidarizados. Continuaram talvez mais ativo em relação ao período de luta pela independência, mas desempenhando papéis de controle e manutenção do status quo. A guerra civil contra os antigos parceiros de luta no colonialismo – FNLA e UNITA – de alguma forma impediu o surgimento de novos movimentos sociais, pois o país estava completamente dominado pela cultura da guerra.

6. MOVIMENTOS SOCIAIS NA NOVA REPÚBLICA

Em 1991 ocorreu em Portugal, o esperado Acordo de Paz de Bicesse, assinado pelo Presidente José dos Santos – substituto de Neto – e pelo seu opositor Jonas Savimbi – líder da UNITA. Com isso formalizava-se mais uma vez a transição do país para a democracia, tendo como pontapé inicial a realização das primeiras eleições presidenciais em 1992. Nascia assim uma nova república.

As eleições não promoveram o fim dos conflitos armados, mas o governo continuou com seu “projeto democrático”, abrindo-se para a economia de mercado.

Mais uma vez Angola preocupava-se mais em atender as obrigações externas, aproximando-se ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, e ignorando quase que completamente a criação de ambientes democráticos que possibilitassem o surgimento de novos movimentos sociais autônomos. Em vez disso, permaneceu usando técnicas do regime anterior, principalmente de controle.

O conturbado processo eleitoral de 1992, não foi suficientemente capaz de livrar o país da assombrosa guerra civil, que mais uma vez causou milhares de mortes, tendo pela segunda vez a cidade de Luanda como local inicial dos conflitos. Diante desse quadro – de democracia com guerra – os movimentos sociais continuaram não tendo chance de emancipação; permanecendo assim a confusão interpretativa entre *opositor* e *inimigo*, de modos que este segundo voltou a submeter-se aos sensíveis critérios do regime socialista. Criticar o governo continuou significando atos “antipatrióticos”.

O fim da guerra em 2002, com a morte de Jonas Savimbi, fez com que o processo de democratização das instituições ganhasse novos contornos. Mas, essa nova burocratização parecia atender fundamentalmente o sector econômico, que já vinha adaptando-se ao capitalismo neoliberal. A elite ligada ao partido MPLA tornou-se o maior beneficiário do inédito momento de paz.

A “vanguarda” se deslumbrou com o direito ilimitado de propriedade do capitalismo e, em pouquíssimo tempo, produziu algumas das maiores fortunas individuais do mundo. Por outro lado, um bolsão de miséria tem se avolumado intensamente. Melhor definição da situação consta na pesquisa feita pelo Centro de Estudo e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola, que aponta o seguinte,

Angola tem um dos padrões mais desiguais de distribuição do rendimento e é citado como ‘um dos exemplos mais acabados’ de um cenário em que a atividade das empresas do Estado se esconde por trás de um sistema financeiro opaco, não cumpre regras mínimas de transparência e beneficia figuras públicas ou políticas. (ROCHA, 2014, p.12).

Ironicamente, foi sob o governo do MPLA que se criaram condições apropriadas para o surgimento da dialética entre forças produtivas e relações sociais de produção, visto que, com a intensificação das atividades capitalistas, novas consciências de classe foram se afirmando. A divisão social do trabalho, que vem se intensificando no país, por conta das transformações na infraestrutura, suscitou uma estratificação social nunca antes experimentada no país como nação independente. As classes começam a se

afirmar num processo aparentemente natural, deixando para trás a composição "igualitária" que compreendia o regime socialista num viés marxista-leninista.

A Nova geração de homens e mulheres entre 15 e 25 anos de idade, deixou de adotar o discurso doutrinário de Neto – o povo é o MPLA, o MPLA é o povo – propagado durante o período de luta pela independência; está mais difícil, tendo em vista a desigualdade social, alcançar de forma generalizada a nação com a construção de subjetividade coletiva. É nesse contexto que surge o movimento social que ficou conhecido internacionalmente como 15+2.

7. O 15+2 E O ESTADO

Esse talvez seja o momento oportuno para se começar a intensificar as pesquisas em/sobre Angola, considerando sua nova configuração política, econômica e social. No ponto de vista político, o país se prepara para as próximas eleições, que terá lugar no ano de 2017; no ponto de vista econômico, Angola começou a sentir fortemente o impacto da crise econômica mundial que começou no ano de 2008, e da queda do preço do petróleo, sendo que este segundo é o grande dinamizador da economia nacional; no ponto de vista social, os movimentos sociais intensificam ações políticas sem precedentes no Estado independente.

Podemos dizer que a "primavera árabe"² influenciou as sociedades, não só africanas, como de outras regiões do planeta, suscitando ações e relações dos movimentos sociais que há bastante tempo não se via, particularmente em alguns países do continente africano.

Diante do quadro tenso que culminou na morte e prisão de alguns presidentes africanos, o governo angolano adotou medidas coercitivas, de modos a inibir as ações de protestos e manifestações dos movimentos sociais. No dia 20 de Junho de 2015 quinze ativistas políticos e dos direitos humanos – conhecidos socialmente como os 15+2 – foram detidos por forças de segurança pública angolana na província de Luanda, quando se reuniam pacificamente para traçar estratégias de atuação e discutir os rumos políticos do país. Uma das justificativas do governo angolano concernente às detenções

² Foi denominada primavera árabe a onda de manifestações e protesto dos movimentos sociais, que ocorreram no norte da África e Oriente Médio a partir de 18 de Dezembro de 2010.

dos ativistas foi o fato do grupo fazer uso das obras do cientista político Gene Sharp³, que segundo a interpretação de figuras como António de Carvalho – embaixador angolano para questões políticas –, provocam desordem e conflitos (informação verbal⁴).

No regime democrático muitas das demandas dos grupos sociais se tornam legítimas, embora podem não estar de acordo com as leis, lembrando que, até mesmo a alteração da constituição também pode ser pauta de reivindicação dos movimentos sociais. Não custa mencionar que figuras como Nelson Mandela⁵ e Gandhi⁶ foram consideradas criminosas e terroristas pelos governos de seus países por conta de suas ações de resistência contra regimes opressores. Angola, como Estado democrático de direito parece apresentar dificuldades em lidar com os próprios efeitos da democracia, que tem a imprevisibilidade como uma de suas características principais.

Talvez os cidadãos do 15+2 não se autocompreendam como um movimento social, o que é na verdade compreensível, considerando a pouca organização quanto à estrutura do movimento; o mais evidente entre os membros do grupo é o descontentamento com o sistema político vigente em Angola. Essa “desorganização” não subtrai do grupo o status de movimento social, pois como defende Touraine (2014, p.20), “não há necessidade que um conflito social ou que uma ação coletiva se apresente armada de uma ideologia muito elaborada para que possamos concluir a presença de um movimento social”; no entanto, não precisa haver necessariamente grandes mobilizações de massas para que se possa usar o conceito movimento social.

Os esclarecimentos acima nos farão entender melhor a questão dos movimentos sociais na sociedade angolana contemporânea. Pois aqui se apresentam em contornos diferentes em relação ao que estamos acostumados em países mais abertos democraticamente, onde os grupos não passam pela clandestinidade durante sua estruturação e organização, o que de certa forma contribui para maior aderência das massas.

Vivemos no mundo da informação/comunicação em razão da globalização, mas, no caso da sociedade angolana, não se trata de uma estrutura pós-industrial – que faria

³ Gene Sharp é conhecido por seus trabalhos sobre luta não-violenta, que tem influenciado várias lutas e resistências contra governos considerados autoritários.

⁴ Fala do embaixador angolano durante o debate no programa 360 da Rádio e Televisão de Portugal (RTP). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wtff9OV1MIY>.

⁵ Nelson Mandela foi um ativista africano contra o regime de apartheid, que se tornou presidente da África do Sul em 1994.

⁶ Mahatma Gandhi foi um líder pacifista contra a dominação britânica na Índia.

com que fosse impossível encontrar formas de organizações e de produção que traduzam diretamente uma dominação social –, como sugeriu Touraine (2014) em sua análise “histórica” dos movimentos sociais. Portanto, em Angola a forma de organização traduz diretamente uma dominação social que não passa unicamente pelo simbólico e, diferente do que pensa Touraine (2014), os movimentos e seus adversários ainda se definem em termos sociais. Aqui as reivindicações do 15+2 são dotadas de elementos extraídos da vida objetiva, que de certa forma nos remete ao início do século XX na Europa. As privações na sociedade angolana estão relacionadas ao exercício de cidadania, no qual seus elementos foram muito bem abordados por T. H Marshall (1967), sendo que para ele “a desigualdade do sistema de classes sociais pode ser aceitável desde que a igualdade de cidadania seja reconhecida” (MARSHALL, 1976, p.62).

É fato que os direitos – civis, políticos e sociais – que sustentam a democracia contemporânea são, em vários momentos, negligenciados pelas autoridades angolanas; esses direitos são assegurados pela constituição, mas não o suficiente para causar maior aproximação entre o normativo e o descritivo no exercício de cidadania, isso porque a cultura “vanguardista” do regime anterior ainda impede a cidadania de baixo para cima.

A burocratização do novo regime permitiu uma abismal concentração de riqueza, que tem causado inconformismo entre as novas classes pobres. Por outro lado, também é importante frisar que o processo social heterogêneo – no campo econômico, intelectual, político, cultural e sexual – tem feito com que o Estado apresente dificuldade em tolerar as vontades e anseios dos indivíduos. No entanto, o surgimento do 15+2 parece ser apenas um sinal das inúmeras ações coletivas que naturalmente emergem nas sociedades que optam pelo regime democrático.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações coletivas e seus conflitos estão na verdade esforçando a inserção de Angola no cenário democrático. Diferente do que se imagina no senso comum, a resistência mais forte não é protagonizada pelos movimentos sociais, mas sim pelas instituições culturalmente influenciadas pelos princípios que permearam o MPLA durante a colonização. Princípios esses antes legitimados, e que hoje a velha vanguarda resiste violentamente em abandonar, principalmente agora que o direito de propriedade

ilimitada – que caracteriza o sistema capitalista – permite que alguns possam enriquecer rapidamente. Contudo, o quadro atual demonstra certa dificuldade do governo em ignorar os princípios democráticos básicos, isso em razão da forte pressão da opinião pública, principalmente internacional, que por conta das novas tecnologias, acompanha em tempo real os desdobramentos do caso que envolve as arbitrariedades contra os novos movimentos sociais em Angola.

REFERÊNCIAS

- ARON, Raymond: *As Etapas do Pensamento Sociológico*. 5ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BENDER, Gerald: *Angola Sob Domínio Colonial: Mito e Realidade*. Sá da Costa Editora, 1976.
- GALVÃO, Andréa. *Marxismo e os Movimentos Sociais*. Revista Crítica Marxista, n.32, p.107-126, 2011.
- GOHN, Maria de Gloria. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. – 11. Ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2014.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere, Vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.
- MARSHALL, Thomas Humprey. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.
- M'BOKOLO, Elikia. *A África Equatorial do oeste. In: História geral da África, VIII: África desde 1932*. Brasília : UNESCO, 2010, p.229-260.
- MENEZES, Solivar Silva e. *Dinâmica da Transição de uma Economia Dependente Colonial para Economia Centralmente Planejada e sua Inflexão Recente para Economia de Mercado*. Tese de Doutorado. São Paulo: FEA/USP, 1996.
- ROCHA, Alves. *As Perspectivas de Crescimento Económico de Angola até 2020*. CEIC. WorkingPaper Nº 02, Novembro 2014. Disponível em: <http://www.ceic-ucan.org/wp-content/uploads/2014/12/AS-PERSPECTIVAS-DE-CRESCIMENTO-ECON%3%93MICO-DE-ANGOLA-AT%3%89-20202.pdf>
Último acesso: 07/08/ 2016
- TILLY, Charles. *Movimentos Sociais como Política*. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 133-160.
- TOURAINÉ, Alain. *Na Fronteira dos Movimentos Sociais*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n.1, p. 17-28, jan./abr. 2006.



ELE É X9: OS REGISTROS DA DITADURA MILITAR NOS ARQUIVOS PESSOAIS

Patricia Ladeira Penna Macêdo¹

Resumo: O trabalho apresenta algumas reflexões sobre a coleção do Informante do Regime Militar, fundo que compõe a seção de arquivos privados do Arquivo Nacional desde o ano de 1992. O texto baseia-se em reflexões e estudos realizados pelos participantes do projeto de pesquisa “Produção Intelectual sobre Arquivos Pessoais” que está inserido no âmbito do grupo de pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais (CDOC-ARREMOS). O tema arquivo privado e memória coletiva é de grande complexidade, dessa forma não temos a pretensão de aqui esgotá-lo, mas destacar algumas discussões e análises primárias já realizadas.

Palavras-chave: Regime Militar. Arquivo Pessoal. Memória Coletiva.

Abstract: The paper presents some thoughts on the collection of Informant Military Regime background that makes up the section of private archives of the National Archives since 1992. The text is based on the context of reflections and studies carried out by the participants of the research project "Intellectual production on Personal File" which is inserted in the research group Documentary Culture, Religion and Social Movements (CDOC-ARREMOS). The theme file private and collective memory is of great complexity, that way we do not intend here to exhaust it, but highlight some discussions and primary analyzes already performed.

Keywords: Military Regime. Personal Achives. Collective memory.

¹Doutoranda em Ciência da Informação – PPGCI/UFF; Professora Assistente do Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em História Social – PPGHIST/UFF.

1. INTRODUÇÃO

Os arquivos pessoais (conjuntos documentais produzidos por pessoas e acumulados ao longo de suas vidas) despertam a curiosidade e o interesse, ao mesmo tempo em que nos fornecem preciosas fontes de informação e possibilidades de pesquisa. Atualmente percebe-se um crescimento nos estudos sobre tais arquivos, assim como a preocupação com a formulação de abordagens que contemplem a potencialização desses conjuntos documentais como registros de uma vida privada e da construção de uma memória coletiva.

O crescimento das pesquisas nas áreas de história cultural, história da vida privada e história do cotidiano, bem como o interesse crescente pelas análises de tipo biográfico, garantiram que os arquivos pessoais passassem a constituir um campo de valiosas fontes de pesquisa, que abarcam os mais diferentes tipos documentais e informações que ultrapassam às de caráter institucional. Para Belloto,

O campo instigante dos arquivos pessoais sempre suscitou a curiosidade, o interesse, a indagação e - por que não admiti-lo? - o *voyeurismo* inerentes a todo ser humano quando se trata de penetrar um pouco mais além do que permite o contato estritamente social na intimidade do seu semelhante. Isto, quando não se trata, evidentemente, de pessoa que lhe seja íntima por razões de família, de amizade ou de relacionamento amoroso. (BELLOTTO, 1998, p. 201)

Esse termo, *voyeurismo*, tem origem na palavra francesa *voyeur* que significa “aquele que vê” e, por isso, descreve o indivíduo que possui curiosidade mórbida sobre aquilo que é privativo e íntimo: um termo que nos remete à relação que muitos daqueles que estudam os arquivos pessoais experimentam.

É certo que os documentos que dizem respeito à história de vida de uma pessoa podem causar certa curiosidade, no entanto, assim como outros arquivos, os pessoais nos possibilitam uma compreensão da própria sociedade a partir da análise individualizada realizada nos conjuntos documentais. Nesse sentido, a presença desses arquivos em instituições arquivísticas possibilita uma rica variedade de análises e perspectivas nos diversos campos científicos. Foi justamente pensando nos estudos e nas formas de se entender e interpretar os arquivos pessoais, que no primeiro semestre do ano de 2016, iniciamos na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) um projeto de pesquisa intitulado: “Produção intelectual sobre os

arquivos pessoais”, sob minha coordenação e a participação, primorosa, de estudantes do curso de Arquivologia¹.

Entre os objetivos do projeto encontra-se a de oferecer subsídios teóricos e metodológicos para as pesquisas que estão sendo desenvolvidas no Grupo de Pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais (CDOC-ARREMOS).

O Grupo de Pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais (CDOC-ARREMOS), cadastrado no CNPq e no Departamento de Pesquisa da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) desde 2009, desenvolve ações de pesquisa interdisciplinares e atualmente possui uma frente de estudos que tem como proposta trabalhar a produção de documentos que dizem respeito à memória, a narrativa, a identidade e as práticas de controle, no que tange o período da ditadura militar instaurada no Brasil no período que perdurou de 1964 a 1985.

Pensando nessas possibilidades de análise, de arquivos privados e ditadura, que incluímos as discussões desenvolvidas no âmbito do projeto de pesquisa “Produção documental em arquivos pessoais”. Inicialmente buscamos nos inteirar nos debates na área a partir do estudo da bibliografia. Por isso realizamos uma extensa busca nas bases de dados e nos periódicos de Arquivologia e Ciência da Informação, a fim, de reconhecer quais são os principais assuntos que estão sendo trabalhados e assim nos capacitar por meio de estudos atuais e avaliados por pares.

Em seguida, pensamos que seria melhor, conhecer o universo dos Arquivos e dos arquivistas que estivessem relacionados de alguma forma nessa perspectiva. A pesquisa e as leituras já realizadas, nos levaram a perceber o papel do Arquivo Nacional no que se refere à difusão e o acesso destes conjuntos documentais, bem como no tratamento dados a eles, em especial a partir do projeto Memórias Reveladas (2007) e da Comissão da Verdade (2012).

Por isso, optamos metodologicamente por realizar uma visita *in loco* no Arquivo Nacional, mais especificamente ao setor de Arquivos Privados, que faz parte da coordenação de documentos escritos. Fomos recebidos pela então chefe da equipe de documentos privados, a arquivista Beatriz Moreira Monteiro.

O setor de Arquivos Privados conta com aproximadamente 98 fundos e coleções, sendo alguns deles referentes ao período de ditadura militar. Em nossa entrevista com a Beatriz foi possível conhecer a história arquivística destes arquivos e

¹ Alunos participantes do projeto: Camilla Campoi Sobral, Mayara Sousa de Moraes, Patricia Wu Martinho, Anna Karolina Abilio de Azevedo, Douglas Vieira Machado.

compreender a metodologia utilizada pelo setor no recolhimento e acesso destes conjuntos documentais. Entre os documentos que compõe a seção de arquivos privados do Arquivo Nacional e são referentes ao período de ditadura militar, resolvemos selecionar para discutir um pouco neste artigo os que compõem a coleção do Informante do Regime Militar.

2. A COLEÇÃO DO INFORMANTE DO REGIME MILITAR

Em 1992 foi deixada na portaria do Arquivo Nacional uma caixa de papelão endereçada à diretora da instituição. Na época, sob suspeita de ser uma bomba, o local foi isolado e a polícia acionada. A caixa, no entanto, continha um curioso conjunto de documentos que adentrou a instituição, sem termo de doação ou listagem de recolhimento. O acervo foi encaminhado para a Seção de Arquivos Particulares, a fim de que fosse identificado².

Após o reconhecimento dos documentos percebeu que se tratava de uma coleção de documentos que continha:

Apostilas, normas, informações, estudos, publicações, relatórios sobre treinamentos dados pela Subseção de Operações (SSOP) do Serviço Federal de Informações e Contra-informações (SFICI), órgão integrante do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e posteriormente do Serviço Nacional de Informações (SNI). Informações e estudos produzidos por agente infiltrado em reuniões e assembleias de entidades civis contrárias ao regime militar estabelecido. Publicações, textos e cartas provavelmente apreendidos e coletados no decorrer da tarefa de espionagem. (ARQUIVO NACIONAL, 2008, p.06).

Os técnicos nomearam a coleção de Informante do Regime Militar e por sugestão dos mesmos, atribuíram X9 como código de identificação. A escolha do código não foi aleatória, pois no jargão policial, X9, significa espião, informante. Foi elaborado nesse mesmo período um instrumento de pesquisa provisório e, desde então, o acervo esteve aberto à pesquisa, sendo organizado em outubro de 2007 dentro da perspectiva do projeto Memórias Reveladas.

“Para que não se esqueça – Para que nunca mais aconteça” é o slogan do projeto Memórias Reveladas e traduz bem seu papel na democratização e no acesso à informação referente ao período de ditadura militar no Brasil. Entre as atividades desenvolvidas no projeto, está o recenseamento e a divulgação de documentos de interesse para o tema, produzidos ou acumulados por órgão e entidades da

² Dados fornecidos por Beatriz Moreira Monteiro em entrevistas realizada no dia 02/08/2016.

administração pública, bem como por pessoas e entidades de direito privado, em todo território nacional³.

Também no âmbito do projeto foi criado no Arquivo Nacional um banco de dados de matrizes dotados dos requisitos necessários à guarda e preservação de documento e para isso realizou-se um grande trabalho em equipe para a organização e disponibilização destes acervos, é nesse contexto que deu-se a organização completa da coleção Informante do Regime Militar.

Nesse sentido, vale ressaltar que a coleção deu entrada no Arquivo Nacional em 1992 e imediatamente buscou-se a elaboração de um instrumento de pesquisa provisório de forma que a coleção pudesse se tornar disponível para consulta o mais rápido possível, mesmo que a organização completa não estivesse realizada. Tal fato, demonstra a importância e o interesse social presente neste arquivo privado, bem como nos chama a atenção, especialmente, para a questão da publicização e do acesso à informações. Nota-se que nesse momento pouco se falava sobre acesso e informação, dado esse também constatado em recente pesquisa desenvolvida nos artigos do *Jornal do Brasil* (JB) no período de 1990-1999.

No escopo da pesquisa realizada no periódico JB, o que conseguimos recuperar foram breves posicionamentos de jornalistas e intelectuais que em alguns momentos reforçam a importância do acesso aos arquivos. Entre os intelectuais, destacamos os recorrentes esforços nos anos de 1990 do historiador e professor José Maria Jardim, que em artigos publicados no *Jornal do Brasil* intitulados de *O Brasil não se lembra do Brasil*⁴ e *A memória silenciada*⁵, enfatiza que naquele período são recentes as reflexões sobre a função social dos arquivos públicos e o direito à informação. Esses mesmo artigos publicados também reforçam o papel da Constituição de 1988 e o direito à informação, em um horizonte distante da Lei de Acesso à Informação, mas inseridos na construção desse debate.

Outra faceta interessante e que não pode deixar de ser mencionada é a inserção do Arquivo Nacional nesse contexto. A década dos anos 1990 representou para a

³Informações presente na página digital do projeto Memórias Reveladas: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=5&sid=2>. Acesso em agosto de 2016.

⁴JARDIM, José Maria. O Brasil não se lembra do Brasil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 11, 6 jan 1990.

⁵JARDIM, José Maria. A memória silenciada. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 12, 10 jun 1993.

Instituição um dilema à parte devido à graves problemas de infraestrutura, com vidros quebrados e falta de recursos para a restauração. Nos artigos consultados do *Jornal do Brasil* encontramos em meio a reportagens sobre suas exposições, recebimento de doações e recolhimento de acervos, os referentes à sua crise e seus graves problemas de infraestrutura.

A atmosfera de sigilo e clandestinidade que marcaram a entrada da coleção no Arquivo Nacional reflete-se na documentação desse conjunto que diz respeito à

missões desempenhadas por agentes de informação, onde além de informes encontram-se documentos produzidos por pessoas e entidades consideradas subversivas, provavelmente também utilizados como fontes de informação. Merece atenção o significativo número de documentos relativos ao Partido Comunista do Brasil (PCB), que no início da década de 1960 passou a adotar a denominação Partido Comunista Brasileiro, mantendo, contudo, a mesma sigla. (ARQUIVO NACIONAL, 2008, p.06).

Essas características marcantes do acervo são referências ao contexto histórico do período do Regime Militar (1964-1975), bem como do papel dos órgãos de informação e a ação de seus agentes e suas abordagens de investigação sobre pessoas e entidades consideradas subversivas.

Não se pode compreender os arquivos pessoais sem que haja a interpretação do contexto no qual eles foram produzidos e, principalmente, na relação entre o documento produzido e o seu contexto. No caso da coleção *Informante do Regime Militar* a compreensão desse conjunto se faz especialmente pelo contexto de sigilo que permeia a coleção e o anonimato do produtor.

A arquivista canadense Laura Millar (2006, p. 125) ao abordar a relação entre memória individual e memória coletiva, explica que os registros e arquivos encontram o seu lugar no processo histórico: como prova, como memória desencadeada, como pedra de toque - adquirida, preservada, articulada, e mediada pela sociedade, a fim de contribuir para a construção de conhecimento coletivo, a identidade e, talvez, a sabedoria.

Nessa perspectiva esses registros produzidos no desempenho das funções de um espião a serviço dos órgãos de informação, são fontes sobre práticas do período e peças na construção de um conhecimento coletivo sobre ações e atividades praticadas de forma sigilosa para investigar e monitorar a intimidade daqueles considerados subversivos.

O reconhecimento dessa coleção como parte de uma memória social fundamenta o seu papel na construção de uma identidade coletiva e fornece subsídios para que haja o conhecimento sobre o período e suas práticas e assim que não sejam esquecidas e negadas a vigilância e violência do período.

Desta forma, é incontestável a importância dessa coleção como registro da memória do período e das formas e métodos de ação das agências de informação, aos olhos de uma perspectiva particular, registrada por um agente no desempenho de suas funções.

A história arquivística da coleção Informante do Regime Militar inspira ainda outra possibilidade de análise e um desafio no que se trata da construção de contextos arquivísticos, uma vez que prevalecem as lacunas e ausências ao invés da informação contextualizada.

Especialmente no âmbito dos documentos de arquivos pessoais a importância dos contextos de produção documental entre eles: o histórico, o político, o social e o cultural, são fundamentais, tanto para os usuários quanto para o arquivista no desenvolvimento de suas atividades de identificação e organização documental.

Organizar um acervo é mais do que implementar um sistema de arquivo que atenda à necessidade dos pesquisadores e estudiosos de maneira geral. Na verdade, deparar-se com uma documentação que exige do arquivista um estudo aprofundado a partir de escavação cuidadosa, permitindo não somente a organização arquivística do acervo, mas, ao mesmo tempo, a análise temática representativa, interpretativa e precisa das peças. Assim, durante todo o tempo, esse profissional exerce, concomitantemente, o papel de arquivista e investigador. É com essa dimensão de seu trabalho que ele se projeta na realização de pesquisas e no âmbito social, compartilhando conhecimento com os demais pesquisadores.

É possível e pertinente a participação do arquivista no desenvolvimento das pesquisas em acervos, quer sejam históricos, quer não, apresentando, inclusive, substrato das investigações realizadas, como ponto de partida do tratamento que será destinado.

O arquivista tem tarefas importantes de compreender o quadro geral dentro do qual o documento existe e de produzir uma descrição que forneça aos usuários os meios para produzir a própria compreensão dos arquivos, com isso os arquivistas estão contribuindo para a construção da memória da sociedade. (OLIVEIRA, 2012, p.35). Portanto é por meio da função de pesquisa que se baseiam o trabalho em um arquivo,

uma vez que este não deve ser mecânico, voltado para o interior do mesmo, mas sim, investigativo, reflexivo, buscando-se as pistas deixadas pelos sujeitos, pelos dizeres enunciados e, também, pelos silenciados, constituindo, assim, uma escavação arqueológica nos moldes propostos por Michel Foucault (1997). Nesta perspectiva, o arquivo se constituiria como um verdadeiro organismo vivo e mutável.

Por fim, e gostaríamos de apontar mais uma questão referente ao anonimato da coleção. Em entrevista concedida aos participantes do projeto “Produção Intelectual sobre Arquivos Pessoais” à arquivista e chefe da equipe de documentos privados Beatriz Moreira Monteiro, nos informou que diversos esforços foram feitos para se tentar conhecer o autor da coleção, contando ainda com a “iniciativa de uma jornalista empenhada em descobrir um nome”, porém nada foi encontrado, e a conclusão que se chegou foi que a pessoa, realmente não queria ser descoberta.

A vontade de guardar o segredo da autoria dos diversos papéis, listagens e relatórios representa muito bem o que Jacques Derrida chamou de “Mal de Arquivo” ou a sombra fantasmagórica do rasto de atividades passadas. Em diversas obras o autor chama atenção para o “ressurgimento” do arquivo e a necessidade individual de constituir poder ao guardar ou manter os documentos. É interessante nesse ponto a citação de Derrida ao afirmar que o arquivo age como uma metáfora do cruzamento entre memória, saber e poder. O arquivo como uma construção política que produz e controla a informação, orientando a lembrança e o esquecimento. Esse lugar de memória é dotado de poder, um poder de destruição, seleção e exclusão ou esquecimento. Nesse sentido, doar ao Arquivo Nacional e disponibilizar para a sociedade informações que antes eram consideradas de extremo sigilo pode ser tanto perigoso como memorável por parte do doador.

De acordo com Luciana Heymann (2012) é necessário quando se fala em arquivo pensar a possibilidade de existir uma motivação memorial, para além da clássica conceituação teórica arquivística de naturalidade. Debates teóricos a parte, o que pretendemos com a ideia da autora é pensar o desejo de arquivo enquanto memória material. É entender o conjunto documental do informante do regime militar como produto de investimento social e reconhecimento de uma nova função projetada para ação futura.

Para Eduardo Murguía (2011) o arquivo é um lugar onde o mundo todo, em ordem social, pode ser imaginado pela recorrência de um nome, de um lugar ou de um registro. O arquivo é, portanto algo que, pela ação cultural da história, transformou-se

em um lugar potencial da memória. O arquivo é um lugar de memória, de uma memória construída, manipulada de diversas formas. A memória que necessitava de um lugar está hoje virtualmente contida entre diversas instituições, principalmente nos arquivos. Como conceito, os arquivos simbolizam o passado, mas um passado como começo, como busca de uma origem.

Os patrimônios, tanto materiais quanto imateriais são revestidos de uma vontade de deter o tempo, são submetidos a um tipo de racionalização que os transforma em conhecimento. Dessa forma dentro das práticas de identificação estão junto lógicas de exclusão e incorporação, assim é definido o que deve constituir a memória e a identidade (HEYMANN, 2012). Estas escolhas acompanham a coleção aqui analisada, e por isso, optou-se sempre em buscar esconder a imagem do produtor.

Jardim (1995) diz que a memória verdadeira, quando transformada por sua passagem em história dá lugar a uma memória arquivística, que nada mais é que a construção do estoque material do que é possível lembrar. Com a criação das tradições, da ideia de nação, junto criou-se o hábito de preservar o passado, principalmente o passado comum, assim surgem os patrimônios nesse processo de organização do Estado e criação de valores e raízes, norteadores de políticas públicas que determinam registros documentais. Com o aumento da busca, vemos os arquivos se dividirem entre documentos ligados à pesquisa científica e documentos com o fator de testemunho das ações do Estado e garantia dos direitos dos cidadãos, fazendo essas práticas se legitimarem no discurso da preservação e democratização da memória nacional (JARDIM, 1995). Dessa forma os arquivos são a construção de uma organização, não importa qual seja a sociedade, é uma coletividade que visa harmonizar o funcionamento e gerar o futuro. Os arquivos existem, pois há necessidade de uma memória registrada, de um lugar de elaboração e de conservação da memória coletiva.

Portanto o que está em jogo na coleção do Informante, não é apenas o desejo de perpetuar ou projetar-se, afinal não temos nem o nome do doador, mas empoderar a sociedade a partir do conhecimento de ações de vigilância e de um aparato coercitivo vindo do Estado e que hoje graças ao poder do arquivo, poderá sempre ser acionada na tentativa de evitar a reprise de tais eventos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No caso que apresentaremos nesse trabalho, a Coleção Informante do Regime Militar, o *voyeurismo* que Belloto nos apresenta adquire uma conotação mais específica. No qual a relação de observar o outro não se estabelece entre o pesquisador e o arquivo pessoal, mas sim, sobre o produtor, um informante do regime militar e àqueles que ele observa. Assim, nesse caso há uma dupla inserção nessa perspectiva em que o produtor é um observador e seu arquivo garante o acesso a quem e o que ele observa.

É incontestável a importância desta coleção para a melhor compreensão do funcionamento interno dos órgãos de informação e da forma de agir dos seus agentes e informantes. Sua natureza privada contribui para ampliar as abordagens de investigação, através de uma perspectiva particular, não oficial, dos acontecimentos daquela época. Assim como nos permite traçar uma linha muito tênue entre Arquivos e Memória.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). COPRA/CODES. Equipe de Documentos Privados. Coleção Informante do Regime Militar – X-9. Inventário da Coleção Informante do Regime Militar. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2008.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. **Revista Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 201-208, 1998.

DERRIDA, J. **Mal de Arquivo: uma impressão freudiana**. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FOCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio: Forense Universitária, 1997.

_____. Um olhar antropológico sobre o documento: representações e usos sociais. In: FREITAS, Lidia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia. **Documento: gênese e contextos de uso**. Niteói: EDUFF, 2010, p.111-122.

HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: Contracapa/FAPERJ, 2012.

JARDIM, José Maria, O Brasil não se lembra do Brasil. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 11, 6 jan 1990.

JARDIM, José Maria. A memória silenciada. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 12, 10 jun 1993.

JARDIM, José Maria. **A invenção da memória nos arquivos públicos**. Ciência da Informação, Brasília, DF, v. 25, n. 2, p. 1-13, 1995.

MILLAR, Laura. Touchstones: considering the relationship between memory and archives. **Archivaria**, v. 61, p. 105-126, Spring. 2006.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa**: reflexões em torno dos arquivos pessoais. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

MURGUIA, Eduardo Ismael. **Archivo, memoria e historia: cruzamentos y abordajes**. Íconos, Quito, n. 41, p. 17-37, set. 2011.

CONSTRUÇÕES MATERIAIS E SIMBÓLICAS SOBRE A TRAJETÓRIA DE FREI TITO DE ALENCAR LIMA

João Marcus Figueiredo Assis³⁰
Maria Evonilde Chaves Figueiredo Assis³¹

RESUMO

Este artigo visa apresentar reflexões sobre produção de sentidos e de materialidades sobre a trajetória de vida de Tito de Alencar Lima, frade dominicano barbaramente torturado durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Torna-se figura emblemática para segmentos da Igreja Católica vinculada à Teologia da Libertação e de segmentos sociais voltados à organização popular devido às consequências extremas advindas de seu envolvimento, prisão, tortura, exílio, a sua morte por suicídio. Este é o ponto fundamental de nosso artigo, as reivindicações e manifestações simbólicas e materiais sobre a trajetória de vida e morte de Frei Tito, assim como as (re)apropriações sobre seu suicídio como martírio cristão.

Palavras-chave: Frei Tito. Ditadura militar. Igreja Católica. Movimentos Sociais. Memória e simbolismo.

ABSTRACT

This article aims to present reflections on the production of meaning and materiality of the path of life of Tito de Alencar Lima, a Dominican friar severely tortured during the military dictatorship in Brazil (1964-1985). He is an emblematic figure for segments of the Catholic Church linked to Liberation Theology and social segments focused on popular organization due to the extreme consequences arising from their involvement, prison, torture, exile and his death by suicide. This is the fundamental point of our article, the claims and symbolic and material manifestations on the path of life and death of Friar Tito, as well as the (re)appropriations of his suicide as a Christian martyrdom.

Keywords: Friar Tito. Military dictatorship. Catholic Church. Social Movements. Memory and symbolism.

³⁰Doutor em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor Associado da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

³¹ Psicóloga, Pedagoga, Especialista em Psicopedagogia, Especialista em Ciência da Religião, Especialista em Gestalt-Terapia e em Terapia da Família.

1. INTRODUÇÃO

O conteúdo dramático da trajetória de Frei Tito de Alencar Lima motiva sua inserção em diversas elaborações discursivas exemplares não somente sobre o período ditatorial civil-militar no Brasil, mas sua figura é elevada a uma espécie de consciência ética sobre processos repressivos de uma forma geral, que afrontam a noção de humanidade. Nesse sentido a dramaticidade é ressaltada, sendo o ponto fundamental para o entendimento de seu trajeto o tipo de morte a que se submeteu, o suicídio.

Os relatos sobre o frade direcionam para sua personalidade dócil e sobre uma espécie de predestinação a uma categoria de santidade religiosa e política. Esse Cearense nascido em Fortaleza, CE no dia 14 de setembro de 1945, estaria hoje com 71 anos. Nildes de Alencar, sua irmã assumiu sua criação devido ao grande número de irmãos, o que dificultava os cuidados da mãe. Ela se apresenta como sua segunda mãe. Justifica, dessa forma, não só sua aproximação maior do que a dos outros irmãos, mas também o papel fundamental de guardiã das memórias do irmão.

As histórias sobre sua infância, apresentadas principalmente pela irmã Nildes o retratam como brincalhão, arteiro e travesso. Apesar disso os relatos, que em muitos aspectos os aproximam das hagiografias, o retratam também como muito religioso.

A narrativa de sua irmã, apresentada no livro da jornalista cearense Socorro Acioli (ACIOLI, 2001) é significativo: “Tito encantou-se com a beleza do presépio e não queria mais sair de perto de sua nova paixão. Deixava de lado todas as brincadeiras para ficar horas a fio em silêncio, apreciando a profunda humanidade daquela cena”. Segundo Acioli esse fato é corroborado pela prima Zilda: “Ficava sentado em uma cadeira, olhando enternecido as peças de gesso, até adormecer em frente ao Menino Jesus”.

Os discursos sobre a infância e a adolescência de Tito preparam e apontam para as justificativas das consequências de seu drama. As falas o identificam oscilando entre anjinho barroco e moleque; entre perturbador da ordem no colégio e jovem solidário com os desfavorecidos. Em certo sentido, como de costume em hagiografias, há um vislumbre de predestinação ou de escolha, presente também nas narrativas sobre a infância de Tito.

Esse, na verdade é o período que compete à família, é uma construção discursiva que a família detém devido à intimidade do convívio e da experiência. A vida adulta de Tito apresenta outros pertencimentos, os quais fogem ao controle familiar, como sua

entrada na ordem dominicana, suas opções políticas, seu pensamento social e suas consequências. Apesar disso, a “semente” desses pertencimentos pensados como missão encontra fundamentos na formação familiar de seu caráter. Isso fica claro quando se afirma que ele havia sido criado naquele contexto moral, político e religioso no seio da família.

Depois dessa fase, o ambiente próprio das memórias de Tito parece ser gradualmente transferido para a Ordem dos Dominicanos, na qual ingressou na juventude. Na adolescência havia entrado para a Juventude Estudantil Católica (JEC), tendo sido representante regional, mudando-se para antes mesmo de terminar o Ensino Médio. Esse primeiro afastamento da família não teria mais retorno, pois o contato com diferentes jovens e o trabalho de organização da juventude o levou a se interessar pela vida religiosa.

Os dominicanos tiveram intensa presença na organização nacional da JEC, motivo pelo qual Tito se aproximou dos frades e decidiu ingressar na Ordem dos Pregadores. Teve ingresso na Ordem no início de 1966, aos 21 anos. Antes mesmo de entrar desenvolveu amizade com vários freis dominicanos, especialmente com Frei Betto.

Após o noviciado em Belo Horizonte, MG, foi transferido para o convento de Perdizes, SP, onde começou a participar de articulações políticas juntamente com outros frades. Em 1968 foi preso junto com vários estudantes em Ibiúna, interior de São Paulo, no Congresso Nacional da UNE, o qual ele ajudou a organizar negociando com o dono do sítio que abrigou o evento. Foi fichado e solto.

Um ano depois foi preso novamente junto com outros confrades, na madrugada de quatro de novembro de 1969. Dos frades presos foi o mais barbaramente torturado pela equipe do delegado Fleury. Tentou suicídio na prisão, segundo seus próprios relatos, para tentar fazer com que cessassem as torturas a ele e evitar o reinício das sessões de tortura dos confrades. Foi trocado em 1971, juntamente com outros presos políticos, pelo embaixador suíço sequestrado. Permaneceu alguns meses no Chile, mas sofrendo ameaças de perseguição seguiu para a França, sendo acolhido no convento dominicano. Residiu em Lyon. Suicidou-se em data imprecisa entre os dias 8 e 10 de agosto de 1974.

Esse relato extremamente resumido de sua trajetória não consegue expressar toda a experiência dramática dos mais próximos e nem chegar perto da experiência extrema do frade. Não é nosso intento descortinar as motivações, os traumas

psicológicos que o conduziram a um fim extremo, mas compreender como as interpretações várias sobre o fato o rerepresentam socialmente.

2. FREI TITO: MEMÓRIAS DO SACRIFÍCIO

Parece haver concordância entre os que narram sua vida, de que Frei Tito “morreu” antes de seu suicídio. O suicídio foi entendido como uma saída para uma pessoa quebrada em sua psique. O suicídio é atribuído como consequência direta dos efeitos da ditadura brasileira, a qual seria sua verdadeira assassina. Sua morte é “exorcizada” da dimensão do fracasso, do pecado, da covardia e retorna como heroísmo, redenção (de si e do coletivo), coragem para “matar os torturadores” simbolicamente e psiquicamente com sua própria morte. O ser dissolvido pela brutalidade já não possuía vida, portanto, sua morte não representaria um suicídio. Segundo Dom Paulo Evaristo Arns, na homilia na missa da Catedral da Sé em São Paulo, em 1983, quando do retorno do corpo do frade ao Brasil, “a morte para frei Tito, como para todos nós, é uma libertação total. É o encontro com a liberdade e o amor, sobretudo para aquele que foi torturado, é a plenificação do ser humano”.

O suicídio é um assunto de pouca visibilidade, com uma considerável carga de rejeição e tabu. O termo suicídio carrega em si uma aura misteriosa, referida “àquilo que não deve ser pronunciado”, como uma epidemia capaz de contaminar todos os que dela se aproximam. Fato é que pouco se divulga e se estuda sobre os índices ocorridos nos diferentes países. Embora a suicidologia tenha surgido recentemente em Portugal, o suicídio é uma prática que remonta à história da humanidade.

Dentre as principais causas de morte no mundo está o suicídio, constituindo-se como uma questão de saúde pública (LOVISIL et. al., 2009; CHACHAMOVICH et. al., 2009). O Brasil, em números proporcionais não está entre os países com maior número de suicídio, entretanto ocupa o décimo lugar em números absolutos. Outra questão é que, grande parte das vezes esse número fica obscurecido devido à confusão com outras causas de morte, assim como o ocultamento do fato. Subsumidos em meio a notificações de homicídios e de falsos atestados de óbitos (CHACHAMOVICH et al., 2009, op. cit.). Há ainda o índice praticamente inexistente de tentativas frustradas de suicídios.

Estudos buscam definir suas causas, motivações, determinar as formas e instrumentos mais utilizados. São variadas as interpretações da Psicologia sobre os

motivos que conduzem a pessoa ao suicídio e os motivos das incidências em diferentes faixas etárias, condições sociais, fatores psicológicos ou socioeconômicos e culturais.

Suicídio é considerado o desfecho de um fenômeno complexo e multidimensional, e decorrente da interação de diversos fatores. É consensual entre os pesquisadores em suicidologia a noção de que não há um fator único capaz de responder pela tentativa ou pelo suicídio propriamente dito. Contrariamente, os fatores que concorrem para este fenômeno ocorrem em conjunto. Entre os fatores de risco extensamente estudados na literatura internacional destacam-se tentativas prévias de suicídio, fatores genéticos, suporte social e familiar e psicopatologia. (CHACHAMOVICH et al., 2009, p. 19).

Um dos motivos geradores de interdição e tabu sobre o suicídio é o campo religioso, com destaque para o Cristianismo. Segundo Cassorla (1985), os suicidas eram privados de funerais religiosos e os que tentavam suicídio eram excomungados. Por outro lado, a Igreja Católica incentivava o martírio como porta para o reino do céu. Porém, o suicida era considerado um discípulo de Judas, um traidor da humanidade e não um mártir. O ato em si era visto como vitória do diabo ou como pura falta de crença na misericórdia divina. Essa concepção sofreu modificações, e segundo o mesmo autor, passou-se a perceber a tendência em compreender a pessoa do suicida e não o ato, o qual permanece condenando.

O título do livro de BenStrik é emblemático quanto a essa questão: “Morrer para viver” (STRIK, 2009). O autor explica a escolha dizendo que

Resumidamente é esse o título do livro: “Morrer para viver”. Para mim Tito não está morto. Muitos dizem que Tito, parece mais do que ninguém com Jesus Cristo. Quando ele morreu, tudo parecia estar perdido. Hoje em dia há mais de um bilhão de cristãos no mundo. A morte de Tito também está repleta de perspectiva. A vida dele cada dia tem mais valor (STRIK, 2009, p. 23).

Essa aproximação com a vida de Jesus é recorrente na literatura sobre os santos. No caso de Tito essa aproximação se radicaliza em direção à morte como doação. Nesse caso, o martírio serviria de base para uma reaproximação positivada de sua morte. Portanto, não pode ser entendida isoladamente de sua biografia de engajamento social e junto à Ordem Dominicana.³²

³² A Ordem Dominicana, ou oficialmente Ordem dos Pregadores (O.P.) foi fundada oficialmente na França a 22 de dezembro de 1216 por Domingos de Gusmão. Juntamente com a Ordem Franciscana forma o que se denominou Ordens Mendicantes. Os mendicantes se caracterizavam por um estilo de vida inovador para o período, pois em plena era Medieval, os frades abdicaram da vida monástica

Em seu texto sobre literatura de testemunho, Paluma e Cunha (2012) relembram Agamben em “O que resta de Auschwitz”³³. Nesse livro Agamben distingue duas formulações para o termo testemunho. No primeiro temos “*tetis*”, de onde se deriva “*tertius*”, ou aquele que se coloca como terceiro entre dois que entram em contenda. No segundo significado temos “*superstes*”, referenciando aquele que viveu algo, que atravessou um evento até o fim e, portanto, pode dar testemunho disso. As autoras acima mencionadas buscam refletir sobre as possibilidades de se narrar um fato, uma experiência, uma memória não vivida diretamente – no caso estão pensando no primeiro significado de testemunho (*tetis*). Analisam a obra do psicanalista François Ganthéret, “*Lescorpsperdus*”³⁴, o qual retrata, em forma de romance, aspectos psicológicos apresentados por Tito em seu tratamento na França. Esta não seria propriamente uma literatura de testemunho, uma vez que não se tem a intenção de contar a história de Tito, mas sim de delinear suas dificuldades em contornar um trauma profundo.

Com base em *Lescorpsperdus*, a Literatura de Testemunho poderia ser compreendida como um ato de contar, narrar, relatar ou delatar acontecimentos propiciados e resgatados através da memória. As lembranças só se tornam possíveis por meio dos sentidos, sentimentos e emoções que se tem sobre o fato em questão. Tais emoções são características da linguagem literária que é justamente a questão que o autor consegue captar, sendo essa a relação da obra com a literatura de testemunho, ou seja, o uso dessa linguagem literária para ficcionalizar um evento real em alguns aspectos. (PALUMA e CUNHA, 2012, p. 171)

No enredo de *Lescorpsperdus*, a experiência de Tito serve como modelo para se representar os efeitos das memórias traumáticas causadas por um sistema opressor, memórias das quais o sujeito submetido à opressão não consegue mais se libertar.

A tortura não aparece no mundo moderno como uma exclusividade dos regimes totalitários, mas também como uma espécie de condição negociada em regimes tomados como democráticos. Podemos pensar, nesse sentido, que a França, país para onde o exilado Tito se dirigiu e onde viveu até sua morte, havia exportado técnicas de tortura desenvolvidas por seu exército na guerra da Argélia.

enclausurada, ou seja, fechada em grandes mosteiros, para se espalharem no meio da população vivendo em pequenos conventos, utilizando-se da pregação para a evangelização.

³³ Cf. AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha* (Homo Sacer III). São Paulo: Boitempo, 2008.

³⁴ Cf. GANTHERET, François. *Lescorpsperdus*. Paris: Édition Gallimard, 2004.

Fato é que a tortura, a desilusão e o abandono em terras estrangeiras rodeiam constantemente as narrativas sobre o “fim trágico” a que se conduziu Tito. Este, portanto, é outro elemento nebuloso para a compreensão desse dominicano. As consequências desse drama social, entendido na perspectiva de Turner (2008), requerem certo manejo das diferentes narrativas e interpretações sobre sua morte. Afinal, o suicídio de um jovem religioso remete a significados nefastos que circundam o desespero, a traição, a negação.

Durante a prisão, Tito foi encorajado a escrever secretamente seu relato sobre as torturas que sofreu. Esse depoimento saiu clandestinamente do presídio e foi veiculado em diversos meios de comunicação fora do país. Esse fato sensibilizou a opinião pública internacional sobre os casos de abusos de poder e atentado aos direitos humanos cometidos pelos órgãos de repressão.

Teve início a tortura psicológica. Diziam: “A situação agora vai piorar para você, que é um padre suicida e terrorista. A Igreja vai expulsá-lo”. Não deixavam que eu repousasse. Falavam o tempo todo, jogavam, contavam-me estranhas histórias. Percebi logo que, a fim de fugirem à responsabilidade de meu ato e o justificarem, queriam que eu enlouquecesse.³⁵

Este é um exemplo clássico de tortura psicológica. Martín (2005) estudando a obra do psicanalista Marcelo Viñar traduz a tortura como “demolição”, ou processo composto de três etapas: na primeira, o alvo é a destruição da pessoa, seus valores e convicções. Na segunda, o intuito é desorganizar o sujeito consigo mesmo e com o mundo, ou ainda causar um “esvaziamento narcisista”, retirando dele sua identidade e história. Na terceira, surge como “resolução” da crise instaurada, uma conduta substitutiva de maior ou menor consonância com os valores do torturador. Ambos concordam que as sequelas produzem sintomas crônicos e duram para além das gerações, por se tratar de uma experiência que “atua reformulando o destino da pessoa e quebrando para sempre um ser humano na sua subjetividade” (MARTÍN, 2005, p. 440). É o mesmo que descreve Foucault (2014, p. 37) ao especificar que o suplício tem o intuito de “tornar infame aquele que é sua vítima”. Deixa marcas que não serão apagadas, mantendo-se na memória das pessoas que passaram por processos de imputação de violência.

No caso de Tito, para além do trauma causado por seu suicídio, seu corpo jazia em terras estrangeiras, configurando-o como um morto exilado. Faltava aos seus o

³⁵ Cf. <http://www.adital.com.br/freitito/por/pedras.html>

consolo do contato do corpo do frade com a terra em que havia nascido e pela qual havia dado a vida. Os esforços da família em trazê-lo de volta e o envolvimento de Nildes Alencar em movimento pela anistia aos exilados, mesmo não podendo fazer seu irmão retornar com vida, pode ilustrar essa necessidade do cuidado do corpo. O irmão havia sido deixado para trás.

Seu retorno marcaria a conquista da anistia, mesmo que tardia. Seria uma nova conquista no processo de redenção de Tito. Essa conquista viria em 1983, quando a família conseguiu autorização para trazer de volta seu corpo. A presença do corpo do dominicano torna-se arma política contra o regime que evidenciava sua perda de forças. O suicídio poderia deixar de ser encarado com desprezo uma vez que o corpo morto ressurgiria como rebelião contra a violência a ele infligida.

O corpo humano é tanto um objeto social quanto uma entidade biológica e a morte é tanto um acontecimento físico quanto um evento social. O corpo biologicamente vivo pode estar simbolicamente morto, e a morte fisiológica pode ser mais poderosa que a vida.³⁶(MOVAHEDI, 2009 – Tradução nossa)

Analisando a produção literária “O céu dos suicidas” (VALÉRIO; MACHADO; SILVA, 2013), algumas questões são apresentadas, como a preocupação “religiosa” para com o destino dos suicidas. Conforme as autoras, o suicídio aparece como a principal causa de morte por atos de violência no mundo. Entretanto, o tema circula em meio ao silêncio incômodo na invisibilidade social. Na obra de Ricardo Lísias, esse tema é retomado pelo autor, o qual dirige a narrativa da perda de seu amigo pelo viés da literatura ficcional. Na obra, o narrador se corrói em culpa por não ter sido capaz de perceber os sinais que prenunciavam a morte do amigo. A pergunta que perpassa o texto de Lísias é se os suicidas vão para o céu.

Mesmo desprendido de valores religiosos, Ricardo persegue essa questão aflitiva em uma tentativa desesperada de elaborar o luto pela morte de André, de expiar a culpa e de retomar o controle de si. Contudo, os encontros com sacerdotes e representantes de diferentes segmentos religiosos, a quem o narrador dirige sua angústia, apenas reforçam o preconceito e o silêncio a que estão condenados aqueles que decidem dar cabo da própria vida. (VALÉRIO;MACHADO; SILVA, 2013, p. 2-3)

³⁶ The human body is as much a social object as it is a biological entity and death is as much a physical happening as it is a social event. The biologically living body may be symbolically dead, and the physically dead may be more powerful than the living.

Conforme a citação, o autor, mesmo desprovido de valores religiosos, sai à procura de respostas pelas explicações de representantes religiosos para sua angústia. Porém, essas respostas não o ajudam. Certamente a busca e a angústia se dão pelo fato da religião ser portadora de “verdades” sobre a vida e sobre a morte. Depara-se, portanto com “verdades” que defendem a vida e condenam qualquer ato contra ela, mesmo e principalmente o ato auto infligido do suicídio. Com a ausência de respostas, procura espaços de exclusão social, tais como asilos e clínicas psiquiátricas. Esse circuito realizado pela personagem ressalta tanto o absurdo da situação quanto o tabu que o circunda.

Perplexo com a apatia das pessoas e com sua própria insensibilidade diante da condição humana do outro, Ricardo percorre os espaços da exclusão: as clínicas psiquiátricas em que André havia se internado ao longo dos anos. Refazer a trajetória do amigo era uma forma de compreender como aquele processo medonho da desestruturação psíquica era silenciado e solenemente abafado pelo fluxo intermitente da vida cotidiana. O tabu em torno do suicídio impede o narrador de lidar com naturalidade com a questão do luto e reforça sua culpa diante do ocorrido. Sufocado por esse sentimento que o impede de respirar, ele acaba por descarregar a tensão em surtos de agressividade gratuita direcionada à família, aos amigos e a desconhecidos. (Ibid., p. 3).

No universo cristão, a morte foi gradativamente sendo entendida como um elemento negativo, mas no início do cristianismo, a abreviação da vida era compreendida como forma de se ascender à vida futura prometida. Entretanto, o martírio continua sendo aceitável como forma de doação da vida por uma causa. As formulações de Agostinho de Hipona conduzem a diferentes interpretações conforme os casos. O martírio cristão é valorizado, enquanto é desvalorizado quando se trata de personagens pagãos (GÓES, 2004). A Teologia cristã vai, portanto, distinguindo as variedades de morte, valorizando ou desvalorizando-as conforme a adequação ao propósito de seguimento de Jesus.

3. MORTE POSITIVADA: O MARTÍRIO

A morte consentida de Tito de Alencar pode, portanto, ser resgatada como positivada pela Teologia Cristã. Por outro lado, essa não necessariamente resolve

angústias particulares. Nildes Alencar, irmã de Tito, em entrevista para nossa pesquisa³⁷ afirma que a Teologia conforta, mas não resolve o trauma de pensar nas possibilidades de associação entre o tipo de morte do irmão e símbolos religiosos de traição, como no caso de Judas, identificado como o traidor de Jesus. Nildes revela ainda que houve um trabalho incansável de recuperação da imagem de Tito frente à família e, especialmente frente aos moradores de Fortaleza, amigos e participantes da comunidade católica. Essas revelações apresentam o trato com o tabu do suicídio, social e culturalmente inaceitáveis no contexto católico do Brasil.

Outro fator apontado por Nildes é o do refazimento do trajeto do irmão. Ela estudou Teologia para compreender a visão teológica que levou Tito a se envolver politicamente. Nildes ingressou na vida política e desenvolve até hoje trabalhos sociais. Segundo suas próprias palavras, havia uma angústia por conhecer mais estreitamente as motivações do irmão, ao mesmo tempo em que parece ser uma forma de apaziguar a culpa por não ter sido capaz de perceber o drama que estava por se desenrolar. Da mesma forma culpa-se por não ter sido capaz de evitar que o irmão chegasse ao ato extremo.

O martírio, portanto, reconcilia Tito com um dos âmbitos sociais ao qual pertencia, o religioso, mas não necessariamente o familiar. Entre a formulação teórica e as formulações experienciais parece haver uma considerável lacuna no que diz respeito ao martírio como critério de santidade.

A busca por soluções quanto ao ato mais dramático e extremo de Tito, seu suicídio, aproxima e distingue narrativas teológicas, íntimas e familiares, biográficas, artísticas, documentais.

Ao tratar do martírio como consequência da implantação da justiça na América Latina, Aquino Júnior (2009) explicita que

O martírio é uma das marcas da Igreja latino-americana, particularmente da Igreja salvadorenha. E com uma característica muito própria: não diretamente por causa da confissão explícita da fé, mas por causa da vivência da fé e do compromisso com os pobres e oprimidos que ela implica. A lista dos assassinados nas últimas décadas na América Latina na luta pela justiça, pelo direito dos pobres e oprimidos é imensa. Mais que mártires da fé, explicitamente confessada, são mártires da justiça do reinado de Deus num mundo de miséria e opressão – mártires dos pobres e oprimidos! (AQUINO JÚNIOR, 2009, p. 397)

³⁷ A pesquisa a que aqui se refere foi desenvolvida em estágio de pós-doutoramento em Antropologia Social (UFRJ/Museu Nacional) entre os anos de 2014 e 2015.

Nesse sentido contestamos a argumentação de Nebgen (2009), quando interpreta que os atentados de 11 de setembro, nos Estados Unidos da América trazem novamente à tona na época contemporânea o conceito do martírio.

De repente, a palavra martírio passou a ser comum em todas as bocas. Ao longo dos tempos, esse conceito tinha-se autonomizado na linguagem comum, tornando-se um simples símbolo de experiências traumáticas ou momentos da vida, cujo desenrolar podia ser considerado como doloroso. (NEBGEN, 2009, p. 129-130).

O mesmo autor vai argumentar que a tradição desse conceito torna-se novamente viva na consciência ocidental. Embora seja possível concordar que midiaticamente esse fenômeno possa ter tomado novo fôlego, ele não é novo para as reflexões feitas na e a partir da América Latina. Este é um tema bastante caro às Igrejas Cristãs na América Latina, especialmente como tratado pela Teologia da Libertação em relação ao compromisso de justiça social. Esta é a questão apresentada no texto de Aquino Júnior (2009), pelo qual ele informa que o martírio tornou-se temática fundamental para a Teologia da Libertação. Segundo o autor, a consciência do martírio é reformulada e ampliada. Mártir não seria somente aquele que morre *por* Jesus, mas também aquele que morre *como* Jesus; não somente aquele que morre por causa de Jesus, mas também aquele que morre pela mesma causa de Jesus. A afinidade com a missão de Jesus seria agora o principal elemento de identificação do martírio (AQUINO JÚNIOR, 2009, p. 397).

Tomando as formulações da Teologia da Libertação, poderíamos dizer que o sofrimento/martírio de Tito leva a uma possibilidade de solução para a problemática e o estigma do suicídio de um religioso. Essa formulação permeia as falas e escritas dos dominicanos, a homilia de Dom Paulo Evaristo na missa de corpo presente na catedral da Sé e de inúmeros discursos políticos e outras formas de representação³⁸.

Em Tito, santidade e política são unidades indissociáveis. Sua santidade perpassa o aspecto político, o qual o conduz á fidelidade ao Evangelho, ao próprio Cristo, o que o leva ao sofrimento, ao drama, à paixão, ao martírio e ao suicídio. Já o elemento do heroísmo está vinculado à sua capacidade de suportar o sofrimento até as últimas consequências, aproximando-se assim da idealização do discípulo perfeito.

³⁸ As formas de representação sobre Frei Tito são inúmeras e relevantemente variadas, assim como seus circuitos. Só para apresentar, identificamos músicas religiosas, literatura de cordel, versos, textos biográficos, grupos de organização popular, pinturas, painéis, peças teatrais, entre outros.

Nos processos de recontar a trajetória de Tito, seu sofrimento se transforma em drama social representado em sequencias de eventos sociais que visam apresentar uma estrutura que conduz ao abarcamento temporal de inúmeros eventos não vinculados diretamente ao seu desenrolar. Assim Tito passa a fazer parte da galeria dos mártires latino-americanos. A temporalidade é expandida para abarcar até os seus mais longínquos representantes, como o dominicano Bartolomé de Las Casas, defensor dos índios. É importante ressaltar que a santidade política de Tito se insere nas proposições da própria Ordem Dominicana, a qual no Brasil possui, há muitas décadas, esforços relevantes no sentido de concretizar os vínculos entre fé e política.

Essa santidade política expande-se e vincula-se até com os que não representam necessariamente um propósito religioso, como Che Guevara. Enfim, busca-se materializar essa santidade a partir do referencial mais caro do cristianismo que é Jesus. Martírio e paixão vão aí se interconectar. Esse esforço narrativo de santidade busca preencher brechas e evitar os espaçamentos vazios. As estruturas da apresentação desses eventos estão mais sedimentadas na temporalidade do que na espacialidade. Assim os circuitos materiais das representações (simbólicas e materiais) sobre martírio, heroísmo e santidade em Frei Tito interconectam-se por elementos buscados como comuns, como o engajamento político, o enfoque religioso, o sofrimento familiar da perda, a desorientação mental de processos traumáticos, entre outros, os quais, apesar de alguns desses elementos poderem ser localizados espacialmente, remetem mais a características esparsa, difusas, espalhadas diante de casos de injustiça social. O sofrimento de Tito se iguala ao sofrimento de vários (sem teto, indígenas, sem terra, vítimas de violência, santos e mártires vários).

Por outro lado, apesar da afirmativa de Bem Strik(2009) de que dentre os que estavam na missa de sétimo dia de Tito em Fortaleza, ninguém se importava com o suicídio do frade, em outro trecho da mesma obras, aponta que o irmão, Ildelfonso trabalhou arduamente para resgatar a figura de Tito.

Nildes confessou para nós, em entrevista, que o tipo de morte do irmão não traz consolo para ela até hoje. Durante muito tempo foi difícil externar as inquietações sobre a morte de Tito fora do círculo familiar. As representações sobre Tito são diversas e projetadas por grupos e intenções diferentes. Por isso mesmo, não necessariamente consensuais, mas por vezes conflitantes e antagônicas.

Por isso mesmo o traslado do corpo de Tito da França para o Brasil serviu como um reforço do trabalho de recuperação de sua imagem. Seu túmulo em Fortaleza é simples, mas bonito e muito bem cuidado³⁹.

Ao tratar do corpo morto, José Carlos Rodrigues afirma:

Ora, ei-lo transformado em cadáver e submetido a uma dinâmica estranha, que escapa às regras sociais de estruturação do corpo e que contém em si o poder terrível de desagregar e desestruturar a imagem do social no corpo projetada e introjetada. Este processo comporta uma ameaça fundamental: a morte do corpo pode ser a morte do símbolo que o corpo é, a morte do símbolo da estrutura social. (RODRIGUES, 2006, p. 40)

O corpo de Tito, sua presença física reforça seu caráter simbólico de “homem da terra”, “homem nordestino”, homem público, que como um herói é comparado em algumas narrativas à heroína cearense **Bárbara de Alencar**, antepassada cuja representação está envolta em uma aura mítica como uma das fundadoras do sentido cearense de fortaleza e bravura.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A figura de Tito é assim significada e resignificada, ganhando e projetando sentidos a partir dos seus enlaces materiais e simbólicos.

Esses elementos, destacados em meio a uma profusão de produção material das memórias sobre o frade, nos ajudam no entendimento da função da materialidade da memória, no caso da retomada constante de figuras emblemáticas do “cristianismo da libertação” (LÖWY, 2000, p. 56) como forma de manutenção de seus princípios, especialmente em meio a uma “retomada conservadora” na Igreja Católica Romana. Interessa perceber suas funções no caráter devocional, pois

Muitas vezes é preciso aceder a expressões materiais que visibilizem emoções, entidades, cosmologias, para compreender as relações mais profundas articuladas em torno de elementos de cultura material. A capacidade de condensação de determinados objetos – que concentram ações e significados – torna-os pontos estratégicos para a análise de expressões religiosas. (MENEZES, 2011).

³⁹Visitamos o túmulo de Frei Tito no Cemitério São João Batista em Fortaleza, CE, como parte do trabalho de campo.

Nessa mesma perspectiva, pensando na diversidade da materialidade de produções sobre Frei Tito de Alencar Lima, podemos apreender o tipo de efeito sobre a compreensão de sua morte por suicídio a partir do martírio, na perspectiva cristã. As formas de recontar essa trajetória de envolvimento religioso e político, enfrentamento, sofrimento, morte, retoma o qualificativo dramático a ser explorado na abordagem das narrativas diversas que se projetam para as referências materiais. É esse tipo de “paradigma radical” (TURNER, 2008) que chama nossa atenção e direciona nossos interesses. Tal “paradigma” se apresenta também em contextos rituais e simbólicos que nos ajudam a compreender os aspectos culturais e sociais aos quais se entrelaçam (TURNER, 2005), da mesma forma que seus elementos míticos e sua função e eficácia no universo religioso.

REFERÊNCIAS

- ACIOLI, Socorro. **Frei Tito**. Col. terra bárbara. Fortaleza-CE: Edições Demócrito Rocha, 2001.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- AQUINO JÚNIOR, Francisco. Sobre o método da Teologia da Libertação nos 20 anos do martírio de Ignacio de Ellacuría. **Perspectiva Teológica** 41. p. 395-412. 2009.
- CASSORLA, R. M. S. **O que é suicídio**. São Paulo: Abril Cultural/ Brasiliense, 1985.
- CHACHAMOVICH, Eduardo. Quais são os recentes achados clínicos sobre a associação entre depressão e suicídio? **Revista Brasileira de Psiquiatria**. 31(Supl I). p.18-25. 2009.
- DUARTE-PLON, Leneide e MEIRELES, Clarisse. **Um homem torturado**. Nos passos de frei Tito de Alencar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- GANTHERET, François. **Les corps perdus**. Paris: Édition Gallimard, 2004.
- LOVISIL, Giovanni Marcos, et al. Análise epidemiológica do suicídio no Brasil entre 1980 e 2006. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. 31(Supl II). p.86-93. 2009.
- LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses**. Religião e política na América Latina. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

- MARTÍN, Alfredo Guillermo. As Seqüelas Psicológicas da Tortura. Universidade Federal do Rio Grande, RS: **Psicologia Ciência e Profissão**, 2005, p. 434-449.
- MENEZES, Renata de Castro. A imagem sagrada na era da reprodutibilidade técnica. Sobre santinhos. **Horizontes Antropológicos**. Ano 17, n.36. jul-dez/2011. Porto Alegre. 2011. 43-65.
- MOVAHEDI, Siamak. Weaponization of the body and politicization of death. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 71-98, março 2009.
- NEBGEN, Christoph. Renascimento do ideal de martírio na Época Moderna. **Revista Lusófona de Ciência das Religiões**. Ano VIII, n. 15. p. 129-145. 2009.
- PALUMA, Vânia Carolina Gonçalves; CUNHA, Betina Ribeiro Rodrigues da. **Literatura de testemunho**: a ficcionalização de eventos reais em Lescorpsperdus de François Gantheret. *Evidência*, Araxá, v. 8, n. 8, p. 165-174, 2012.
- RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da Morte**. 2ª Ed. Rev. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.
- SCHECHNER, R. "Ritual and performance". In: INGOLD, T. (ed.) **Companion Encyclopaedia of Anthropology**. 2a. ed. Londres, Nova York: Routledge, 1995[1994].
- SCHIEFFELIN, E. L. "Performance and the cultural construction of reality". **American Ethnologist**, 12 (4): 707-724, 1985.
- STRIK, Ben. **Morrer para viver**. A luta de Frei Tito de Alencar Lima contra a ditadura brasileira. Holanda: Brasilhoever, 2009.
- TURNER, Victor. **Dramas, Campos e Metáforas**. Ação simbólica na sociedade humana. Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.
- TURNER, Victor. **Floresta de Símbolos**. Aspectos do Ritual Ndembu. Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2005.
- VALÉRIO, Alessandra Valério, MACHADO E SILVA, Regina Coeli. Do Inferno de Dante ao céu de Lísias: o suicídio na literatura. **Revista Moinho**, Vol.III Nº 03 Ano. 2013. Acesso: <http://revista-moinhos.webnode.com/news/do-inferno-de-dante-ao-ceu-de-lisias-o-suicidio-na-literatura/>

PRESERVAÇÃO, MEMÓRIA E ARQUIVO: APROXIMAÇÕES E DIFERENÇAS CONCEITUAIS

Bruno Ferreira Leite⁴⁰
Paula Padilha Cerqueira⁴¹

RESUMO

Buscamos com este artigo refletir sobre algumas aproximações e diferenciações conceituais entre algumas características das definições de preservação, memória e arquivo. A abordagem metodológica adotada foi qualitativa e o método foi a revisão de literatura. Concluímos que os documentos de arquivo são objetos de sedimentação de memórias e que a conservação preventiva deve ser o espectro principal de atuação do arquivista para com a preservação de arquivos. Conceitualmente, compreendemos que a seleção é inerente à atuação em preservação bem como o esquecimento à construção da memória. Por fim, percebemos a relação entre a construção de memórias, sua “manipulação” e o uso de documentos para fundamentá-la, bem como o interesse de se preservar tais memórias e documentos.

Palavras-chave: Preservação; Memória; Arquivologia.

ABSTRACT

We seek with this article to reflect about some approaches and conceptual differences between some characteristics of conservation definitions, memory and archive. The methodological approach adopted was qualitative and the method was literature review. We conclude that the documents of archives are memories sedimentation objects and preventive conservation should be the main spectrum Archivist acting for the preservation of archives. Conceptually, we understand that the selection is inherent to operations in preservation and forgetting the construction of memory. Finally, we see the relationship between the construction of memories, their "manipulation" and the use of documents to support it, and the interest of preserving such memories and documents.

Keywords: Conservation definitions; Memory; Archivology.

⁴⁰Doutorando em Ciência da Informação (IBICT). Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Professor Assistente da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

⁴¹Graduação em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de um esforço em andamento por parte de seus autores, pois ambos vêm estudando textos para um mesmo concurso, que abordará questões relativas à memória. Ambos também são graduados em arquivologia e têm, por conta desta formação, determinada “bagagem” com relação a discussões em torno do conceito de arquivo e preservação dos mesmos.

Desta forma, buscaremos refletir sobre as aproximações e diferenciações conceituais em torno dos conceitos de preservação, memória e arquivo. Pretende-se, com este empreendimento, que tal reflexão sirva para demonstrarmos as possibilidades transversais da discussão sobre memória, que perpassa as práticas de preservação, que podem (ou não) incidir sobre determinados documentos e arquivos. É intento, ainda, analisar como que a relação entre lembrança e esquecimento é condição *sinequa non* para a construção de memórias, bem como a seletividade sobre o que priorizar para preservação é condição neste ramo de atuação do arquivista. No meio de tal analogia, encontram-se os documentos de arquivo, objeto material de sedimentação de memórias, além de potencial registro de prova de ações.

Como metodologia, optou-se exclusivamente pela revisão de literatura de cunho analítica, ou seja, com fim em si mesma, pois por meio dela buscamos encontrar as respostas para nossas perguntas. Desta forma, a abrangência de nossa revisão foi temática, circunscrita a textos sobre preservação, memória e arquivo, bem como a nossa abordagem foi de caráter crítico (NORONHA; FERREIRA, 2000). Cabe ressaltar que tal revisão de literatura não foi exaustiva. Primeiro porque seria impossível dar conta de todos os textos científicos sobre os temas mencionados e, segundo, porque não se faz necessário tal objetivo para galgar conclusões minimamente seguras.

Desta forma, no que concerne à preservação, destacamos autores como Sérgio Conde de Albite Silva (2005 e 2008), Adriana Cox Hóllós (2006) e Ingrid Beck (2006). Quanto à memória, utilizamos Regina Abreu (2016), Michel Pollak (1989) e Jô Gondar (2016). Com relação ao conceito de arquivo, partimos da afirmação de Ana Márcia L. Rodrigues, ao afirmar que “[...] modernamente, o termo *arquivo* designa todo conjunto de documentos originário de atividades desempenhadas em prol de uma missão, seja pública ou privada, de uma entidade coletiva, pessoa ou família, sem se restringir ao caráter institucional” (2004, p. 30, grifo da autora).

As seções deste artigo foram divididas da seguinte forma: a primeira é a presente introdução; a segunda, titulada como “a preservação como função arquivística” visa deixar clara a nossa ideia quanto à atuação do arquivista no âmbito da preservação, além de expor quais são os seus limites; a terceira seção, titulada como “a preservação da memória materializada” tem por objetivo abordar o conceito de memória e de preservação, com o objetivo de explicitar as possíveis relações entre ambos, ressaltando suas semelhanças e diferenças; em seguida, dividimos esta seção em “3.1 a seleção como inerente à preservação e o esquecimento como inerente à memória” e em “3.2 quando a memória faz uso do documento”, a fim de analisar como os objetos materiais podem servir para o despertar de lembranças sobre determinados acontecimentos, bem como as lembranças podem ser manipuladas com o auxílio de documentos de arquivo (servindo de fontes de legitimação). Por fim, na quarta seção, apresentamos nossas considerações finais.

2. A PRESERVAÇÃO COMO FUNÇÃO ARQUIVÍSTICA

Que a preservação faz (ou deve fazer) parte das preocupações do arquivista enquanto no desempenho de sua profissão, isto não é uma afirmativa muito difícil de sustentar. Poderíamos nos valer de várias referências apenas para endossar tal argumento. Contudo, não é apenas isto que buscamos ressaltar. Parece-nos mais importante do que dizer que o arquivista deve preocupar-se e atuar para com a preservação, dizer antes que devemos saber até onde um arquivista consegue atuar no âmbito da preservação.

Nesta linha, podemos partir de estudo feito por Carol Couture (2003), sobre quais são as funções arquivísticas. Couture nos apresenta sete funções, a saber: “produção, avaliação, aquisição/recolhimento, classificação, descrição, conservação/preservação, difusão/acesso” (2003 *Apud* MARQUES, 2007, p. 143, grifo nosso). Aqui, o autor já afirma que a preservação é uma função arquivística. Porém, preservação e conservação não é a mesma coisa. E mais, é preciso deixar claro estes conceitos e mais dois que estão ligados à atuação em preservação: a restauração e a conservação preventiva.

De forma sucinta e anterior a expor a definição dos quatro termos acima expostos, podemos resumir que a atuação em preservação pode dividir-se em três linhas de atuação: (1) a restauração, cujo objetivo é reconstituir a forma original do bem

material para que ele possa voltar a servir para aquilo que foi produzido, ou para fins de estudo, exposição, e etc. É uma intervenção altamente especializada. Já a (2) conservação, embora também seja uma atuação especializada e direta sobre o bem material, é uma atuação de pequenos reparos, menos complexa que a restauração. Por último, a (3) conservação preventiva pode ser resumida como uma atuação de cunho indireto, visando o controle da temperatura do ambiente de guarda, humidade relativa do ar, poluentes, incidência de luz sobre o acervo, etc. Neste caso, são preservados os documentos em conjunto, e não unitariamente, como no caso da restauração e da conservação. Não só por este motivo, mas por exigir uma menor especialização, a conservação preventiva é o ramo de atuação mais propício para que o arquivista desempenhe, considerando que sua formação não engloba apenas assuntos relativos à preservação, nem ao menos é o foco de sua graduação.

Considerando que a atuação em preservação pode ser segmentada (embora não estanque) como afirmado acima, podemos definir tais atuações de forma mais precisa ao pautarmo-nos em Silva (2005). Para ele

[...] *Restauração* implica intervenção na estrutura dos suportes com o objetivo de recuperar, o mais próximo possível, as condições originais desse suporte. É, também, uma ação direta que deverá valorizar o sentido, o significado, a mensagem do bem patrimonial em mau estado. (SILVA, 2005, p. 21, grifo nosso).

[...] *Conservação* implica intervenção na estrutura dos suportes com o objetivo de assegurar uma vida a mais longa possível, possibilitando o acesso físico do documento a gerações futuras. É uma intervenção direta que deverá aumentar a esperança de vida do bem patrimonial, esteja ele em bom ou mau estado. (*loc. cit.*, grifo nosso).

[...] *Conservação Preventiva* implica melhorias e controle do meio ambiente na área de guarda dos acervos, no acondicionamento, na armazenagem e no uso dos documentos com o objetivo de retardar o início do processo de degradação dos suportes. É uma intervenção indireta, preventiva, que considera a totalidade do acervo e dos agentes humanos (técnicos e usuários), sendo, pois, um tratamento realizado em função do conjunto do acervo. (*loc. cit.*, grifo nosso).

Já “[...] *preservação* ‘seria toda ação que se destina a salvaguardar ou a recuperar as condições físicas e proporcionar permanência e durabilidade aos materiais dos suportes que contêm a informação.’” (SILVA, 1998, p. 9. *Apud* SILVA, 2005, p. 21, grifo nosso).

Desta forma, em suma, e após deixar claras as definições que advogamos para tais conceitos, compreendemos que a conservação preventiva é o ramo de atuação mais adequado para a atuação do arquivista no que diz respeito à preservação. Longe de ser um trabalho de menor valor, a conservação preventiva pode ser considerada a ação mais relevante e que abrange de forma mais extensa e mais viável financeiramente em longo prazo a proteção de bens culturais e materiais, inclusive os arquivos. É, também, uma atuação que envolve conhecimentos a respeito de gestão, convencimento, disputa por orçamento, técnicas de higienização, controle de temperatura, humidade relativa, e etc. Em outras palavras, não se resume à atuação técnico-científica, mas abarca a necessidade de atuação política do arquivista.

Logo, como diria Silva, a preservação é “[...] hoje um triedro que envolve atuação política, conhecimento científico e intervenção técnica” (SILVA, 2005, p. 20). Desta forma, não se resume ao conhecimento e aplicação de técnicas, estando muito mais calcada no ambiente gerencial, onde são tomadas as decisões, do que no ambiente do fazer.

3. A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA MATERIALIZADA

Nesta seção buscaremos tratar das relações, semelhanças e diferenças entre preservação, memória e arquivo. Para isso, parte-se das seguintes ideias: a memória apresenta-se sempre no presente, como um processo de reconstrução daquilo que busca rerepresentar. Não resgata lembranças, mas as constrói com base naquilo que é possível lembrar naquele momento e da forma como é lembrada, ou seja, não é necessariamente o que ocorreu. Desta forma, o esquecimento faz parte da constituição de memórias. Já no âmbito da preservação (seja com relação à conservação preventiva, conservação ou restauração), pela frequente impossibilidade de se preservar (em outras palavras, retardar a deterioração inevitável) de todos os bens culturais e materiais produzidos pelo homem, o estabelecimento de prioridades e a seleção faz parte inseparável da atuação em preservação. E, no que tange ao arquivo, podendo ser visto como sedimento de memórias, postas em algum suporte inteligível pelo homem, por conta dos mais variados motivos, é, já na sua produção, uma seleção do que se quer registrar.

Partindo destas premissas, poder-se-á melhor compreender os argumentos a seguir.

3.1 A SELEÇÃO COMO INERENTE À PRESERVAÇÃO E O ESQUECIMENTO COMO INERENTE À MEMÓRIA

Para Ingrid Beck

Preservar informação relevante requer atualmente o envolvimento de equipes multidisciplinares na seleção de preservação, no estabelecimento de prioridades com base no valor informacional, na demanda de uso e na vulnerabilidade do meio. A partir destes dados podem ser definidas políticas que assegurem o acesso continuado. (BECK, 2006, p. 4)

Para Margareth Child, “a preservação exige que se identifiquem prioridades, porque nem mesmo as instituições mais ricas podem preservar tudo o que acumularam durante o tempo.” (CHILD, 2001 *Apud* BECK, 2006 p. 21). Por tais motivos, ou seja, de os recursos serem finitos, a preservação fica circunscrita não somente à valorização de um arquivo ou parte do mesmo em detrimento de outra, mas esbarra, invariavelmente, nos limites de ordem financeira, de pessoal, material, informacional, tecnológica, etc. Assim, percebemos que a seleção do que deve ser prioridade para preservação leva em consideração aspectos tangíveis (recursos) e intangíveis (valorização do bem selecionado). Tal valorização pode ter as mais diversas justificativas: promoção da cidadania, manutenção de direitos, direito à memória, manutenção de identidades, representações materiais de culturas, etc. Contudo, neste aspecto, podemos fazer uma ponte com relação à ideia de construção de memórias, pois nossas lembranças são mais vivas quando nos tem algum valor, seja positivo, como no caso do que se é selecionado para preservar, seja negativo, que nos marca e se torna difícil de esquecer.

Adriana Cox Hóllós (2006) busca em sua dissertação estabelecer um diálogo entre os campos da memória social e da preservação. Esta autora ressalta o caráter ético e político da memória e faz uma analogia com relação à ideia de preservação, ao afirmar que

ao considerarmos a preservação documental também como um ato ético e político, procuramos aprofundar essa reflexão em direção à antinomia memória e esquecimento, para demonstrarmos, através dela, a impossibilidade da preservação integral do passado. (HÓLLOS, 2006, p. 20).

Jô Gondar (2016), ao abordar especificamente sobre algumas características da memória, nos apresenta a ideia de que ela “[...] nunca é: na variedade de seus processos

de conservação e transformação, ela não se deixa aprisionar numa forma fixa ou estável. A memória é, simultaneamente, acúmulo e perda, arquivo e restos, lembrança e esquecimento.” (GONDAR, 2016, p. 20). Nesta perspectiva, assim como na preservação, escolhas são inevitáveis. Contudo, o que as diferenciam são como tais seleções são feitas. A memória passeia por processos de seleção que não são totalmente controláveis pelo sujeito que a constrói, já a preservação, embora também não seja um processo totalmente controlável, permite aos sujeitos que nela atuam que tomem as decisões julgadas mais acertadas, a fim de selecionar as memórias materializadas para serem transmitidas não só no espaço, mas no tempo.

O que ambos os processos tem em comum é que o resquício é o produto. Cabe, portanto, uma última analogia, baseada em outra afirmação de Gondar, a respeito do papel do esquecimento na construção da memória:

só tememos o esquecimento quando o pensamos como um inimigo da lembrança, supondo a memória, necessariamente, como um lugar de permanência de inscrições. Mas é justamente essa concepção que se encontra hoje em xeque, exigindo a mudança de nossas teorias. (GONDAR, 2016, p. 30).

3.2 QUANDO A MEMÓRIA FAZ USO DO DOCUMENTO

O conceito de documento diverge entre as áreas de conhecimento. Algumas destas têm sua própria definição sobre o que é documento, o que nele está contido e qual o suporte que este se utiliza, sua forma de classificação e preservação. Na visão arquivística, o documento só é passível de existir se houver informação registrada em algum suporte. Em outras disciplinas, como em memória social, o documento pode ser visto como uma ampliação da informação registrada: “os ‘suportes de memória’ são várias modalidades. Podem ser materiais ou imateriais. Podem ser coisas, objetos, períodos, paisagens. Mas, também, podem ser rituais, festas, modos de fazer, narrativas orais, performances”. (ABREU, 2016, p.54). Neste pensamento, a informação não precisa estar inscrita em determinado suporte material para ter valores.

Com isso, observa-se que nessas disciplinas, o documento é criado, em especial por suas características probatórias, embora entendidas de forma diferenciada, e a memória situa-se como fonte de pesquisa, independente de seu suporte, tendo o registro dessa informação como foco. A arquivologia visa creditar valor aos documentos como forma de validar as informações, já na visão da memória social o foco são as fontes das

memórias, coletivas ou individuais, buscando dialogar com o passado, o presente e mesmo o futuro.

Aos documentos oficiais é atribuído valor probatório devido sua produção ter origem no âmbito do Estado, máquina pública, e não necessitam passar por aprovação pública para se tornar oficial. Os fatos e verdades ali registrados tornam-se oficiais devido a esse sistema. Esses documentos oficiais fazem parte da memória coletiva, criando assim identidade para uma determinada nação ou para certos segmentos dessa nação.

Partir da convicção de que é na relação do eu com um outro diferente de si que qualquer vínculo social é construído se constitui na condição de possibilidade para que se compreenda o caráter social como única, unívoca, e guiada por um só caminho. O que existem são memórias sociais, plurais, não apenas como diferentes conteúdos de lembranças, mas também como diferentes formas de lembrar. (ABREU, 2016, p. 44).

Essa memória coletiva tem assim uma importante função de contribuir para o sentimento de pertencimento a um grupo de passado comum, que compartilha memórias. Ela fortalece o sentimento de identidade do indivíduo, calcado numa memória compartilhada não só no campo histórico, do real, mas, sobretudo no campo simbólico.

Os documentos não oficiais são os que não possuem poder probatório, de imediato, perante o Estado, pois não foram produzidos pelo mesmo ou dentro de suas atribuições. Contudo, tal documentação é importante para contrapor ou dialogar com as informações ditas oficiais, inscritas em documentos do Estado, buscando assim novas visões sobre algum fato ocorrido ou marco histórico.

É crucial entendermos que a memória não retém tudo, mas que se define como matéria viva, plástica, maleável, sujeita a interferências. Por isso, podemos perceber a memória como um espaço/tempo que vive das pausas, dos momentos, de silêncio, lugar entre movimentos. E, sendo pausa, lugar do 'entre' o que já foi, o que está sendo e o que será, é também lugar de pensamento. Porém, ao selecionar, ao reter algo num conjunto mais amplo de fatos e acontecimentos que serão relegados ao esquecimento, a memória também produz novos mundos. Entretanto, eles somente podem existir a partir da experiência do sujeito que transforma os acontecimentos não em fatos – informações mortas sobre o que já se foi –, mas sim em maneiras singulares de apropriação de experiências. (ABREU, 2016, p. 46).

A documentação não oficial é utilizada em várias áreas de pesquisa, mas principalmente nas ciências humanas e sociais. É comum associar estes documentos à

forma de coletar informações na história oral, pois se utilizam das técnicas e metodologias desenvolvidas para resgatar e recolher novas informações, as quais não poderiam estar completas apenas utilizando as informações oficiais. Estas técnicas são referentes ao tipo de coleta de material, que no caso são as entrevistas e as transcrições.

A memória utiliza-se, sobretudo, destes documentos não oficiais para poder contrapor as verdades oficiais estabelecidas pelo Estado dando assim voz as memórias subterrâneas.

Essa memória “proibida” e portanto “clandestina” ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica. Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades. (POLLAK, 1989, P. 6).

A história dos vencidos, a história das minorias sociais, dentre outros, podem contrapor a verdade oficial dando assim uma nova visão à sociedade e reescrever histórias. Na busca de melhor exemplificar tais afirmações, podemos expor a trajetória do Frei Tito de Alencar Lima, pois apresenta-se compatível.

A história do Frei Tito é marcada por momentos de luta social, caridade, sofrimentos e dor. Em 1968, participou na organização do Congresso da União Nacional de Estudantes (UNE) em Ibiúna, e se envolveu com a Ação Libertadora Nacional (ALN) de Carlos Marighella. Porém, para os militares, estas eram entendidas como revoltas populares de esquerda. Mediante essas acusações, em 1969, Tito foi levado a instalações do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

Desde que teve sua prisão decretada, o próprio e seus demais confrades relataram, através de escritos e de depoimentos, a tortura que Tito viveu durante o um ano e meio em que esteve preso no DOPS. As torturas físicas e psicológicas, comandadas pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, podiam chegar a até vinte horas seguidas e foram fundamentais para o desfecho de sua história.

Em 1971, o dominicano é enviado para o exílio na lista de presos políticos trocados pelo o embaixador suíço, Giovani Enrico Bücher. Porém, os danos causados pela prolongada tortura o levaram a desenvolver sérios problemas psíquicos. Devido a isso, em Agosto de 1974, na cidade de Lyon, na França, ele suicida-se.

Após sua morte, surgem construções de simbolizações sobre a imagem de Tito, fazendo assim com que ele seja visto como um mártir da Igreja Católica. Durante sua

vida, este produziu poucos documentos; somente algumas cartas e poemas, pelos quais podemos compreender uma pequena parte de sua história. Entretanto, para a construção de características simbólicas deste personagem, foram utilizados testemunhos de diferentes contemporâneos (parentes, confrades, militantes, amigos), a fim de preencher as lacunas deixadas nos documentos oficiais sobre sua história.

A imagem criada por setores da Igreja Católica e de Movimentos Sociais a ela vinculados, e demais pessoas que conheceram Frei Tito, tornou-se uma apropriação simbólica e material, buscando eternizar sua imagem de mártir nas memórias circulantes nesses setores. Assim, por essas construções, passa-se a compreender que seu sofrimento, em detrimento das atrocidades produzidas pelas torturas o levaram ao trágico desfecho. Porém, daí surge a força simbólica das memórias produzidas sobre sua morte, identificando-o com a resistência e a fidelidade a uma causa. Ligado a esse projeto, fazem-se uso de documentos para reforçar a imagem que se quer cristalizar sobre Tito. Por outro lado, percebe-se a relação entre a construção da memória, sua “manipulação”, o uso de documentos para fundamentá-la, bem como o interesse de se preservar tais memórias e documentos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, cabe-nos apenas ressaltar as afirmações expostas ao longo do texto, pois as argumentações já fazem parte de seu desenvolvimento.

Consideramos, portanto, que os conceitos de preservação e memória possuem pontos de convergência, especialmente quando abordamos sobre seleção e esquecimento, respectivamente. Por isso, concluímos que perceber tal relação possível auxilia no pensar sobre a construção de memórias e no fazer sobre preservação. Sem contar que o arquivo é um dos objetos materiais que permitem a conjugação de ambas as temáticas, pois tanto são sedimentações de memórias, quanto são passíveis de intervenções de preservação. Como relação à outra conclusão a respeito especificamente sobre a atuação em preservação, entendemos que, para o arquivista, atuar no bojo da conservação preventiva é a opção mais profícua, considerando todas as demais funções que este profissional é preparado para desempenhar. Por fim, percebemos como os objetos materiais podem servir para o despertar de lembranças, bem como as lembranças podem ser manipuladas com auxílio de documentos de arquivo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. Memória social: itinerários poéticos-conceituais. **Morpheus**: revista de estudos interdisciplinares em memória social, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016. p. 41-66.
- BECK, Ingrid. **O ensino da preservação documental nos cursos de arquivologia e biblioteconomia**: perspectivas para formar um novo profissional. 109 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação – PPGCI, Universidade Federal Fluminense, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, Niterói, 2006.
- GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. **Morpheus**: revista de estudos interdisciplinares em memória social, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016. p. 19-40.
- HOLLÓS, Adriana Cox. **Entre o passado e o futuro**: os limites e as possibilidades da preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil. Rio de Janeiro, 2006. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2006.
- LIFSCHITZ, Javier Alejandro. Em torno da memória política. **Morpheus**: revista de estudos interdisciplinares em memória social, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016. p. 67-82.
- MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI), Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília (UnB). Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Georgete Medleg Rodrigues, Brasília, 2007.
- NORONHA, Dayse Pires, FERREIRA, Sueli Mara S.P. Revisões de literatura. In: CAMPELLO, Bernadete Santos, CENDÓN, Beatriz Valadares, KREMER, Jeanette Marguerite (org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. Cap. 14, p. 191-198.
- POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. Rio de Janeiro, Estudos Históricos, vol. 2, nº, 3, 1989
- RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. **Uma análise da teoria dos arquivos**. 2004. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/LHLS-69UR3J/mestrado__ana_m_rcia_lutterbach_rodrigues.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 ago. 2016.
- SILVA, Sérgio Conde de Albite. A preservação da informação. **Páginas a&b**. Lisboa, Portugal: Gabinetes de Estudos a&b, 2005. n. 15. p. 29-39.

_____. **A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil.** 431 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2008.



O ARQUIVO DOS DOMINICANOS E O ACERVO FREI TITO DE ALENCAR LIMA

Isabela Barbosa Ramalho Brito Veloso⁴²

1. INTRODUÇÃO

Analisamos conjuntos e itens documentais sobre a perseguição, tortura e prisão do frei dominicano Tito de Alencar Lima durante o regime militar, bem como a organização arquivística desses documentos e sua disponibilidade para acesso. Procuramos ainda apresentar reflexões acerca da trajetória de Tito, a partir de análise bibliográfica.

O foco principal da pesquisa é o Arquivo da Província da Ordem dos Pregadores no Brasil, localizado na cidade de Belo Horizonte (MG) a partir do qual está sendo desenvolvida coleta, organização e análise dos documentos produzidos e/ou coletados pela referida província.

⁴² Graduanda em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

2. OBJETIVOS

Buscamos expandir o conhecimento acerca dos conjuntos de documentos pertencentes ou relacionados a figura de Frei Tito de Alencar Lima, bem como apresentar uma reflexão, partindo de uma perspectiva arquivística, sobre a produção de documentos durante o período da ditadura no Brasil e seu alcance social.

A pesquisa também nos possibilita contemplar a prática arquivística inserida em uma instituição religiosa e sua organização, conservação e as condições de acesso prestadas ao usuário.

3. METODOLOGIA

Utilizamos o método qualitativo, a partir de análise bibliográfica e documental sobre as temáticas envolvidas e análise de conjuntos documentais do Arquivo dos Dominicanos (Belo Horizonte – MG).

A importância do circuito biográfico que envolve a memória do Frei Tito de Alencar Lima pode ser notada nas questões que surgem a partir dos estudos sobre ele. A perseguição, tortura, exílio e morte do frei se tornaram marcantes, o que pode ser percebido a partir da forma como é feita a produção de suas memórias em vários setores religiosos e sociais. A pesquisa bibliográfica trouxe uma maior compreensão sobre a atuação dos frades dominicanos no Brasil e seu envolvimento político e social, bem como sobre a perseguição a religiosos durante o período ditatorial e a produção de documentos por parte dos órgãos de informação e repressão.

4. RESULTADOS ESPERADOS

Perguntamo-nos como é organizado o Arquivo dos dominicanos e qual é a relevância do Acervo Frei Tito de Alencar Lima? A partir de tais questões, busca-se ampliar os conhecimentos sobre a produção documental sobre religiosos durante o período da ditadura militar brasileira. A memória de Tito se mostra relevante para a sociedade, pois pode ser notada como forma de constituição de uma identidade para movimentos sociais e instituições que interpretam a trajetória de Tito, sua perseguição e martírio, como uma forma de representação das lutas contra diversas formas de repressão. Também é possível notar a diversidade das interpretações das memórias de Tito inseridas em produções que derivam dessas memórias, na forma de seminários, peças teatrais, poemas, entre outros, mostrando assim a relevância dos documentos de arquivo para a construção, e talvez reconstrução, de memórias do período ditatorial.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de [et al]. **Dicionário histórico- biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo> . Acesso em: 10/06/2016
- ADITAL. **Agência de Informação Frei Tito para América Latina**. Disponível em: <http://site.adital.com.br/site/index.php?lang=PT> . Acesso em: 04 de maio 2016.
- ARQUIVOS da Província Dominicana no Brasil. Disponível em: <http://www.dominicanos.org.br/site/detalhes5x.php?id=131> . Acesso em: 16 de maio 2016.
- ASSIS, João Marcus Figueiredo. **Martírio, profetismo e santidade em documentos e memórias da luta social de Frei Tito de Alencar Lima**. Relatório de estágio Pós-Doutoral. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.
- BOSI, Alfredo. **Nos passos de Frei Tito. Estud. av. [online]. 2014, vol.28, n.81, pp.269- 272. ISSN 0103-4014**. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142014000200019>. Acesso em :02/05/2016
- FEIJÓ, Sarah Carolina Duarte. **Memória da resistência à ditadura: Uma análise do filme Batismo de Sangue**. 2011. 158 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Departamento de História, Universidade de São Paulo, SP, 2011.
- FONSECA, Gabrieli Aparecida da. **Arquivos Pessoais e suas particularidades no âmbito arquivístico**. 2015. 10f. Departamento de Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp, Campus de Marília
- JUNGES, Adriana. **Batismo de Sangue: as representações do período ditatorial no Brasil na década de 60**. 2011. 72 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação Social, Ciências Sociais, Centro Universitário Franciscano - Unifra, Santa Maria, 2011.
- POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.200-212, 1992.